

# REOT.

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

# 2022.

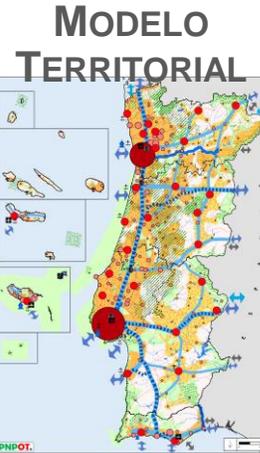
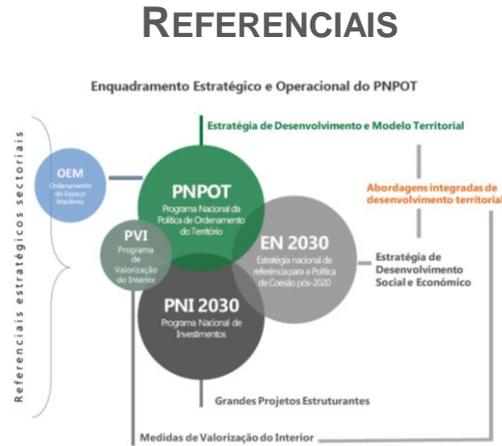
**TERRITÓRIO  
PORTUGAL.**

Onde o país encontra o futuro

Período de Consulta Pública



## PNPOT



## PROGRAMA DE AÇÃO



## REOT

### “RETRATO” E DINÂMICAS DO TERRITÓRIO

#### Como está o território?

Indicadores do estado do território organizados por sistemas

#### Como evoluíram as Vulnerabilidades?

Perspetiva da abordagem transversal de sustentabilidade do Modelo Territorial

#### Como está a evoluir o Sistema de Gestão Territorial?

### LEITURA SISTÉMICA



# Estrutura – Índice

## 1. Prefácio

## 2. Sumário Executivo

## 3. O PNPOP e o seu modelo de governação

Breve explicação

## 4. Como está o território?

Resumo da dinâmica dos indicadores do estado do território, organizados por sistemas e vulnerabilidades

## 5. O que está a ser feito?

Resumo da monitorização da implementação das medidas do PNPOP

## 6. Como está a evoluir o sistema de gestão territorial?

## 7. Conclusões

# “Como está o território”

## Capítulo 4

# Como está o território

2 páginas por cada um dos 26 temas

## Sistema Natural

- Água
- Solo
- Biodiversidade
- Floresta

## Sistema Social

- Demografia e Envelhecimento
- Vulnerabilidades e Dependências
- Serviços, Coesão e Equidade

## Sistema Económico

- Ativos do Território e Desenvolvimento Rural
- Capital Humano, Emprego e Mercado de Trabalho
- Tecnologia, Conhecimento e Inovação
- Internacionalização e Investimento Externo

## Sistema de Conetividade

- Conetividade Ecológica
- Infraestruturas Ambientais
- Redes e Infraestruturas de Transporte
- Conetividade Digital

## Sistema Urbano

- População Urbana
- Funções Urbanas
- Consumo do Solo
- Habituação e Reabilitação Urbana
- Mobilidade
- Ambiente Urbano
- Economia, Conhecimento e Inovação

## Vulnerabilidades Críticas

- Inundações
- Incêndios Rurais
- Litoral e Erosão Costeira
- Seca e Desertificação do Solo

## Pressões sobre o Território

- Demografia
- Energia
- Adaptação às Alterações Climáticas
- Floresta



## ÁGU

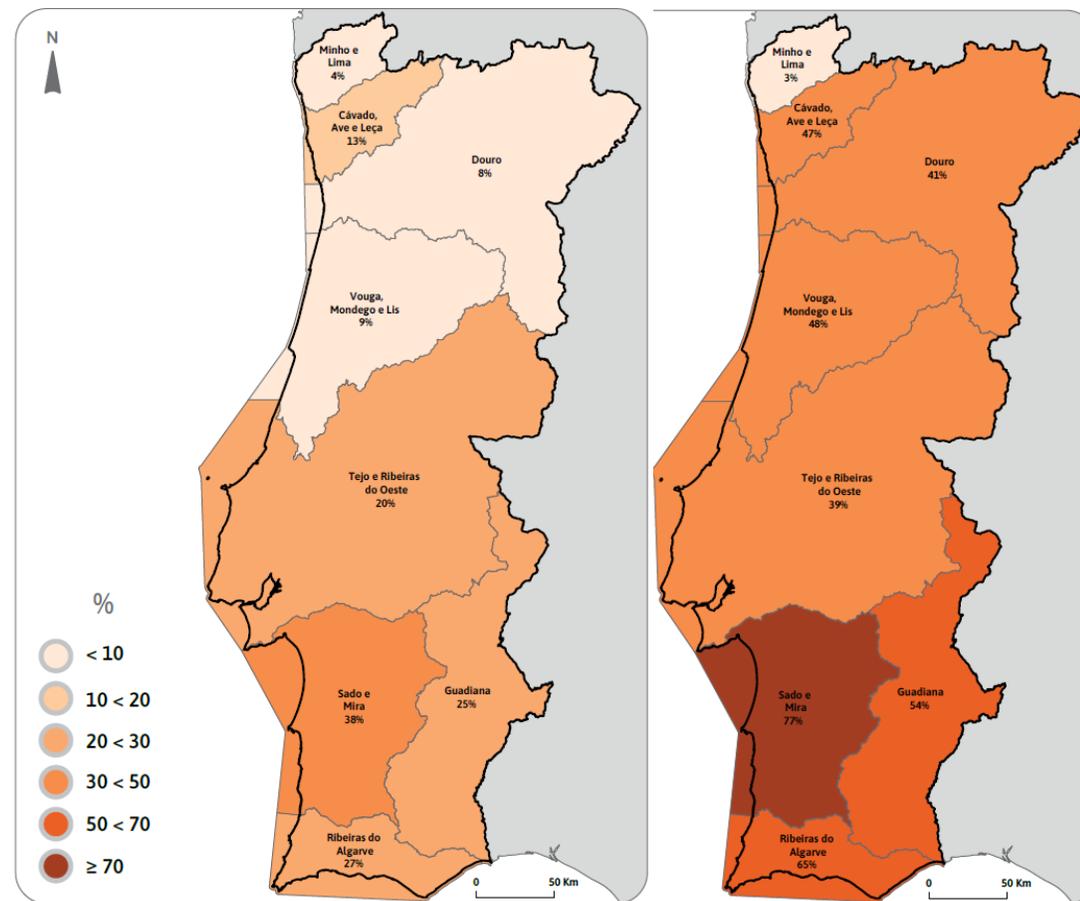
- ✓ 2016 a 2021: **índice de escassez** estimado aumentou de **14% para 29%**
- ✓ 2021: **apenas RH do Minho e Lima permanecia sem escassez** e na RH do Sado e do Mira foi consumida **77% da água disponível**

### Contexto de aceleração das alterações climáticas e seus impactes:

- **Gerir a captação, a retenção, a utilização e a reutilização da água** – utilização sustentável e salvaguarda dos ecossistemas
- **Salvaguardar e renaturalizar as áreas de recarga de aquíferos e linhas de água** – implementação dos regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, das diretrizes dos IGT e garantia de água caudais ecológicos e/ou ambientais
- **Adequar as culturas agrícolas às disponibilidades reais de água** – seleção das mais adaptadas, reconversão ou modernização dos sistemas de rega e promoção da utilização de água de origens alternativas

### DESAFIOS

Índice de escassez, por região hidrográfica, 2016 e 2021



Fonte: APA (PGRH)



## SOLO

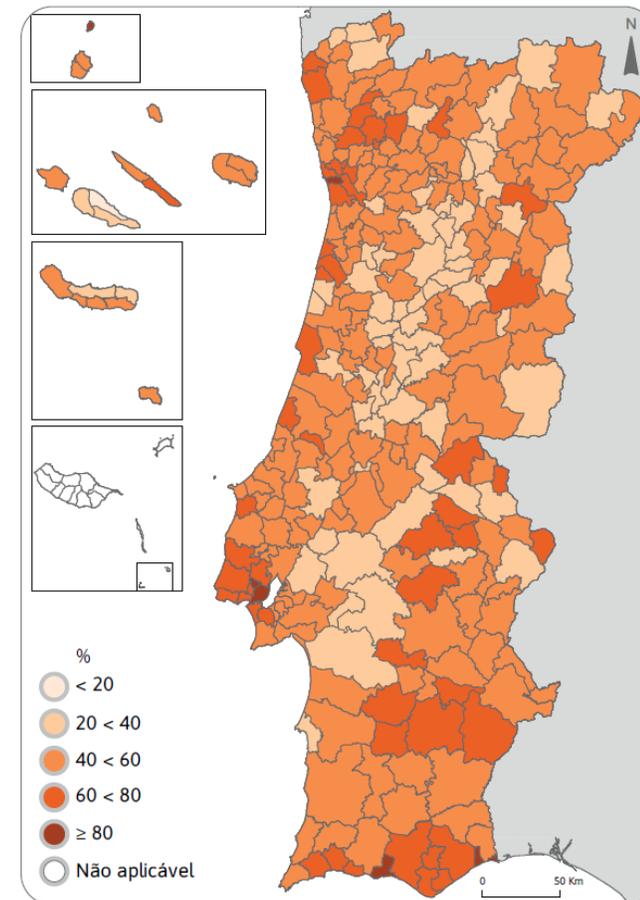
- ✓ 2021: em **95% dos municípios do continente**, os solos da **Reserva Agrícola Nacional** correspondiam a cerca de **16% do território**
- ✓ Em mais de metade dos municípios, a sua expressão representava menos de 20% do território municipal
- ✓ 2018: **5,2% do território do continente estava artificializado**, concentrando-se no litoral e representando cerca de 465.000 ha

### DESAFIOS

#### Preservação da integridade do solo enquanto recurso natural não renovável:

- **Promover a conservação e valorização dos solos de elevado e muito elevado valor que integram a RAN** – atribuição do regime de uso compatível com o seu valor real de suporte do aprovisionamento alimentar e de serviços ambientais no sistema de gestão territorial
- **Promover a reabilitação dos solos degradados** – incorporação de biomassa no solo e de práticas de agricultura regenerativa
- **Promover políticas valorizadoras do aproveitamento do solo para fins agro-florestais e agro-silvo-pastoris** – inversão da tendência de desvalorização do solo rústico
- **Apoiar a reativação do solo para uso agrícola** – inversão do abandono ou artificialização do solo (proximidade de áreas edificadas, tais como a criação de agroparques e iniciativas relacionadas com cadeias alimentares de proximidade)

Área artificializada em solo urbano, por município, 2018



Fonte:  
DGT



## BIODIVERSIDADE

### DE

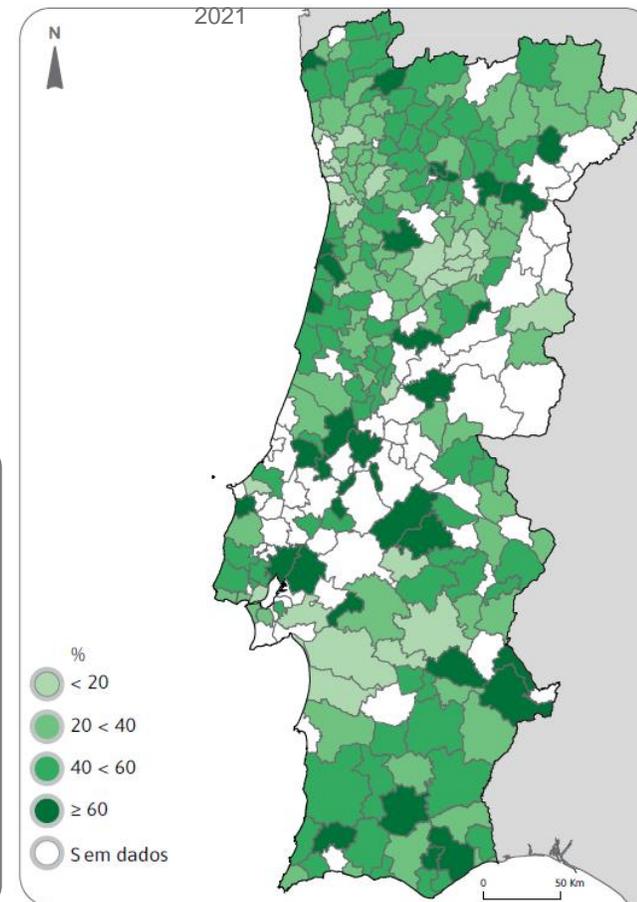
- ✓ 2018: área ocupada por **vegetação arbórea com interesse para a conservação da natureza** correspondia a **14% do território continental**
- ✓ 2017 a 2021: **consumidos por fogos rurais 7,1% de territórios inseridos em Áreas Classificadas**, sendo necessário assegurar o fluxo genético das populações e permitir o refúgio e a migração de espécies
- ✓ **Mais de 25% dos municípios têm mais de 50% do seu território abrangido por REN**, estrutura biofísica que pode garantir essa continuidade.

### DESAFIOS

**Componente patrimonial e ativo em perigo de registar perdas irreversíveis, através de forte articulação intersectorial:**

- **Remunerar os proprietários ou as suas associações com gestão ativa** – valorização e manutenção das melhores condições para a conservação da biodiversidade e prestação dos serviços de ecossistemas
- **Aprofundar um quadro de financiamento para a gestão da biodiversidade** – valorização dos territórios onde são assegurados a conservação e o restauro dos ecossistemas
- **Otimizar a conectividade das áreas protegidas** – através das áreas de continuidade (RAN, REN e domínio hídrico) e interligação com as áreas nucleares do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)
- **Diversificar a atividade agrícola e florestal** – manutenção ou criação de um **mosaico de paisagem** que valorize e beneficie a biodiversidade e a conservação dos recursos naturais

Área de REN, por município,  
2021



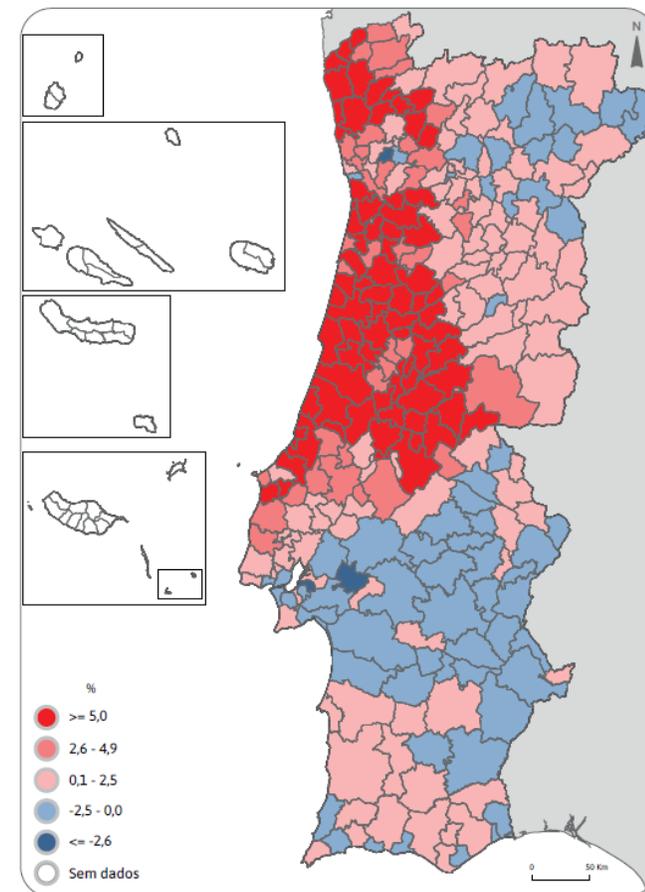
Fonte: DGT (CAOP e SNIT)



## FLORESTA

- ✓ **Classe de uso com maior representatividade no território: 39%**
- ✓ 1995 a 2018: a área de floresta de **eucalipto**, de **pinheiro bravo** e de **pinheiro manso** (cerca de 1.706.000 ha) mantiveram-se **inalterados, embora com variações entre os territórios ocupados**
- ✓ **Aumento** das áreas de **eucalipto** e **redução** das áreas de **pinheiro bravo**

Dinâmica de floresta de folhosas de eucaliptos, por município, 1995-2018



### DESAFIOS

**Ativo fundamental do capital natural do País, ordenada, biodiversa e resiliente:**

- **Gerir ativamente e a transformar a paisagem nos Territórios Vulneráveis de Floresta** – dotação, até 2025, de 1 milhão de ha de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem e de 140.000 ha de Operações Integradas de Gestão da Paisagem
- **Garantir o seu ordenamento e a sua função de sumidouro estável de carbono** – adequação das espécies às condições bio-edafoclimáticas e aumento das áreas de mosaico e consequentemente de orlas que reduzam o contínuo florestal;
- **Aumentar os municípios com cadastro e capacitar as organizações de gestão agregada da floresta** – dinamização de modelos inovadores que criem confiança e remuneração para os proprietários

Fonte:  
DGT



## DEMOGRAFIA E ENVELHECIMENTO

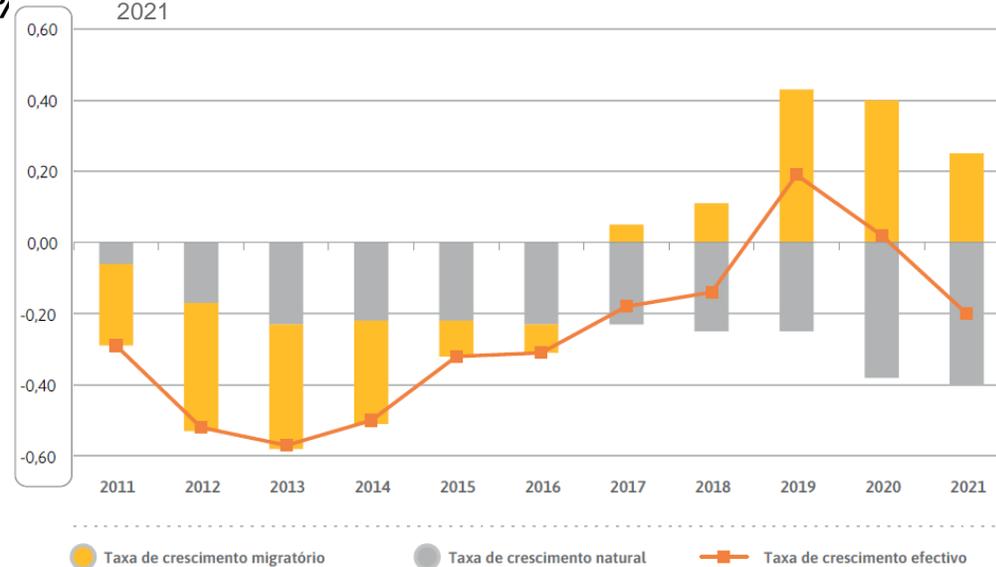
- ✓ Portugal em perda demográfica e envelhecido com uma taxa de crescimento natural negativa há mais de uma década, com tendência de agravamento
- ✓ 2019 e 2020: taxa de crescimento efetivo positiva, com o contributo do saldo migratório
- ✓ 2021: perda, com a população residente a diminuir em 144 dos 308 municípios
- ✓ 2021: média nacional da proporção de população com 65 e mais anos foi de 30%

### DESAFIOS

Resposta transversal para contrariar a perda populacional sobretudo nos territórios do interior:

- Aplicar políticas integradas promotoras da natalidade
- Melhorar as condições de acolhimento e integração de imigrantes e de retorno dos jovens emigrantes portugueses e/ou luso descendentes
- Promover a renovação geracional nos territórios de baixa densidade – melhoria da atratividade de novos residentes e consolidando a permanência dos jovens, reconhecendo o papel estruturante das principais cidades

Evolução das taxas de crescimento natural, migratório e efetivo, 2011-2021



Fonte: INE (Estimativas anuais da população residente e Estimativas ad hoc de população residente em Portugal)



## VULNERABILIDADES E DEPENDÊNCIAS

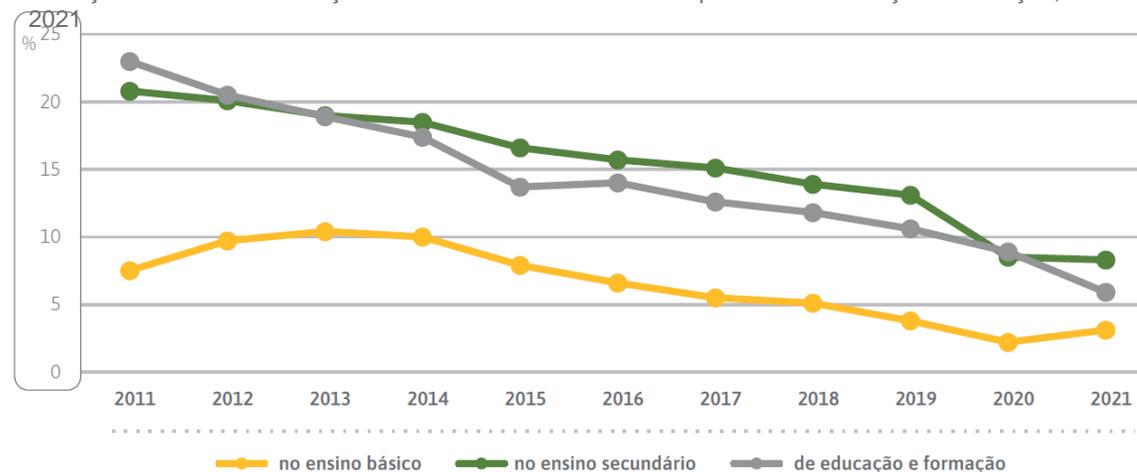
- ✓ **Parte significativa da população** está exposta a um conjunto de vulnerabilidades e dependências sociais associadas ao **mercado laboral, pobreza, exclusão e carência de habitação condigna**
- ✓ 2019 a 2021: **proporção da população em risco de pobreza ou exclusão social aumentou de 21,1% para 22,4%**

### DESAFIOS

#### Inclusão e valorizar a diversidade territorial:

- **Criar emprego, combater a precariedade** – valorização dos rendimentos e dos salários dos trabalhadores e formação profissional e a qualificação dos ativos, nomeadamente dos jovens
- Alargar e adaptar o **Programa Regressar**
- **Promover os modelos de apoio à vida dos idosos** – melhoria da situação dos prestadores de cuidados e das pessoas cuidadas
- **Consolidar o Modelo de Apoio à Vida Independente** – permitindo que as pessoas permaneçam no seu meio natural de vida
- **Alargar rede de balcões para a inclusão**
- **Reforçar a Rede de Cuidados Continuados Integrados**
- **Garantir o acesso à habitação** – oferta alargada de arrendamento a preços acessíveis

Evolução das taxas de retenção e desistência ou de abandono precoce na educação e formação, 2011-



Fontes: DGEEC (Taxas de retenção e desistência no ensino básico e no ensino secundário), INE (Inquérito ao emprego, Taxa de abandono precoce da educação e formação)



## SERVIÇOS, COESÃO E EQUIDADE

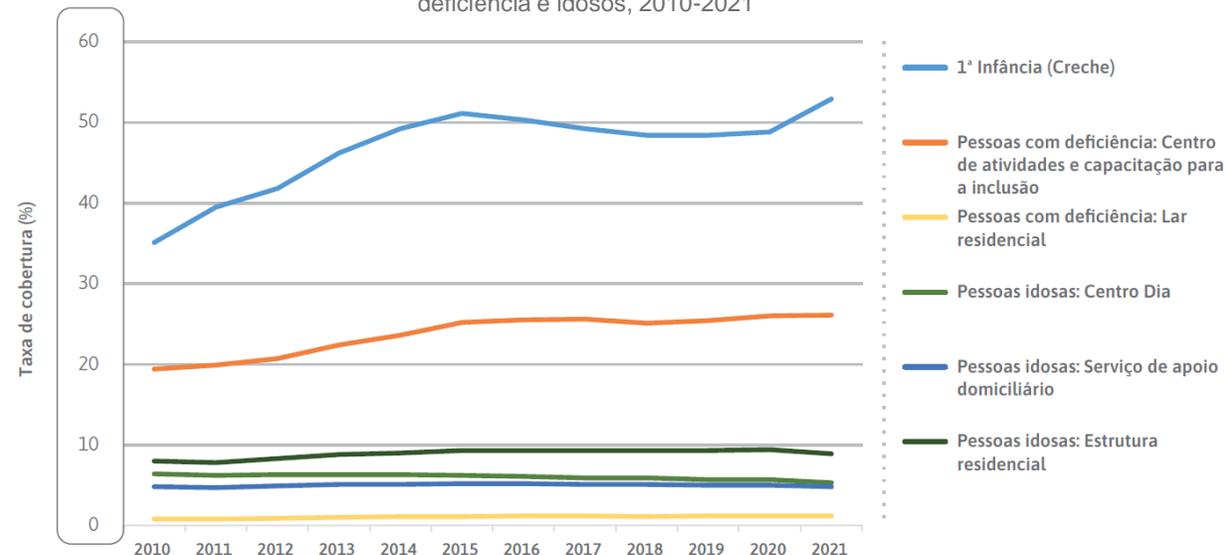
- ✓ 2010 a 2021: com exceção das taxas de cobertura das creches e dos centros de atividade e capacitação para a inclusão, as taxas médias de cobertura das respostas sociais no continente, registaram poucas variações e indicam desajustes nas valências da oferta face às dinâmicas demográficas

### DESAFIOS

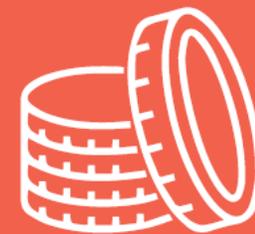
#### Novas formas de provisão de serviços:

- **Promover diferentes soluções de mobilidade e de acessibilidade**, física e digital, **aos serviços** – acesso territorial mais equitativo
- **Assegurar serviços e equipamentos sociais à população mais vulnerável** – requalificação das respostas tradicionais e incentivo de respostas integradas
- **Dar continuidade ao programa “Radar Social”** para pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade social
- **Incrementar capacidade de resposta e abrangência da medida de gratuidade em creches** – em particular, nos territórios com níveis de cobertura mais baixos e em territórios alvo de políticas integradas de atração e rejuvenescimento
- **Promover a qualificação tecnológica nos estabelecimentos de ensino**
- **Melhorar a qualidade da oferta de equipamentos e infraestruturas** escolares, dos centros de formação profissional e de cuidados de saúde primários – correção das assimetrias regionais e locais

Evolução das taxas de cobertura das respostas sociais à primeira infância, pessoas com deficiência e idosos, 2010-2021



Fonte: GEP, Carta Social



## ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL

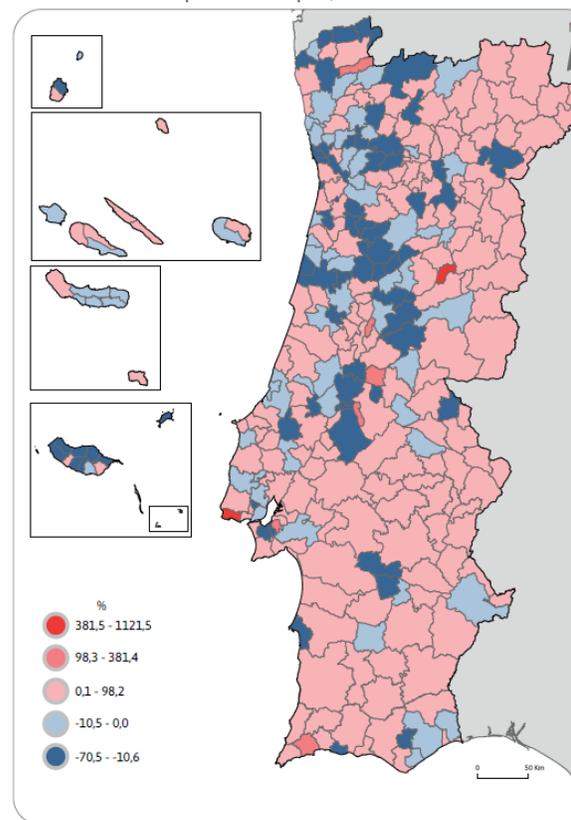
- ✓ 2009 a 2019: **SAU aumentou 8,1%**, apesar da redução desta superfície num n.º significativo de municípios e o **valor de produção padrão aumentou 70%**, com reflexos em quase todo o país

### DESAFIOS

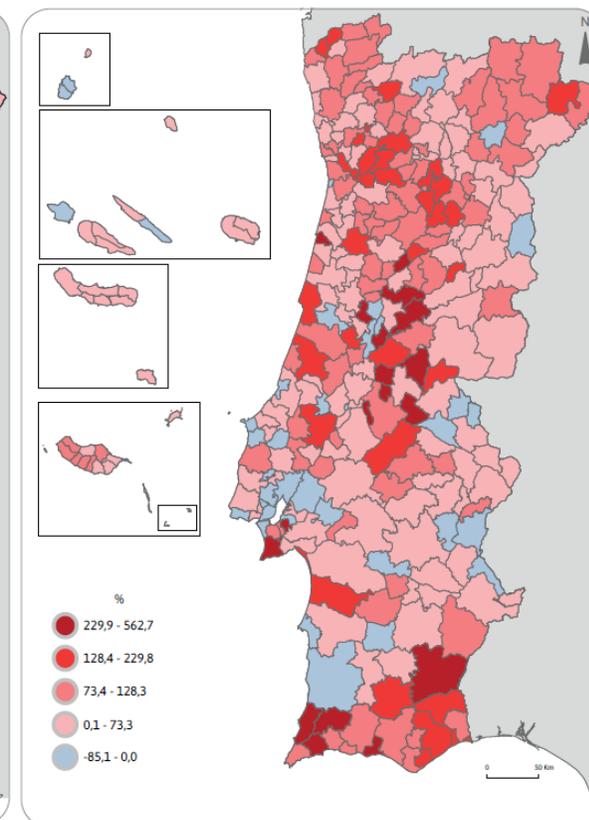
**Potenciar economicamente o diversificado mosaico de ativos territoriais:**

- **Reforçar as relações urbano-rurais e encurtar as cadeias alimentares** – investimento em processos inteligentes articulados com a agroindústria
- **Promover a gestão florestal e a competitividade da silvicultura** – modelos empresariais para ganho de escala e valor acrescentado à matéria-prima
- **Conferir um papel económico e multifuncional mais ativo e valorizador dos territórios de baixa densidade** – relevo ao seu património natural e histórico-cultural numa oferta turística diferenciadora
- **Promover a territorialização da distribuição das sedes das empresas**
- **Gerir o setor extrativo de modo competitivo** – articulação com o Plano Nacional de Energia e Clima e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica
- **Potenciar a criação de uma Rede Nacional de Áreas de Comércio e Serviços Locais (RNACSL)** – valorização das especificidades, produtos e competitividades de cada território, dinamizando circuitos de proximidade

Variação da superfície agrícola utilizada (SAU), por município, 2009-2019



Variação do valor da produção padrão, por município, 2009-2019



Fonte: DGT (CAOP) e INE (Recenseamento Agrícola)



## CAPITAL HUMANO, EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

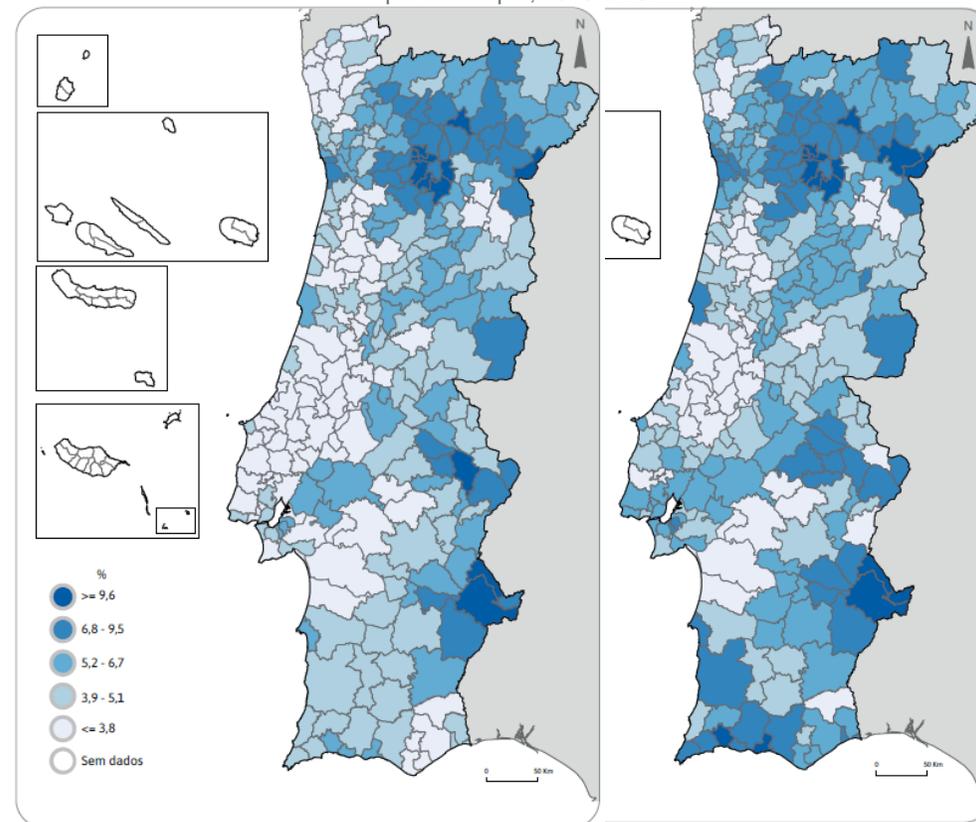
- ✓ 2019 a 2021: **perda e incapacidade de renovação de população em idade ativa e a taxa de desempregados inscritos nos centros de emprego aumentou de 4,7% para 5,8%**
- ✓ 2021: incidência do **desemprego junto dos mais jovens (25 aos 34 anos) foi comparativamente mais elevado (7%)** que o desemprego total

### DESAFIOS

**Políticas para os recursos humanos ajustadas à diversidade de mosaicos socioeconómicos do território e às tendências estruturais globais** que afetam as trajetórias económicas das regiões:

- **Atrair capital humano** – atividades de proximidade e sociais, mais inovadoras e qualificadas
- **Reforçar as competências do capital humano** – tecnológicas e transição ecológica e aumentar a flexibilidade e readaptação dos jovens e ativos mais vulneráveis
- **Desenvolver cadeias de abastecimento local e de serviços de proximidade** – sistemas relacionais e economias de proximidade urbano-rural, social e cooperativa
- **Continuar o Programa de Valorização do Interior e a Projetos de Interesse para o Interior (PII)**
- **Priorizar os investimentos a realizar na rede rodoviária e ferroviária** (Plano de Proximidade) – introdução do critério de coesão territorial na análise multicritério
- **Apoiar financeiramente projetos de promoção de mobilidade complementar e gestão de transporte flexível** – oferta de transporte público coletivo nas comunidades intermunicipais

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, por município, 2019 e 2021



Fonte: DGT (CAOP), INE, IEFP/MTSSS-MEM e PORDATA



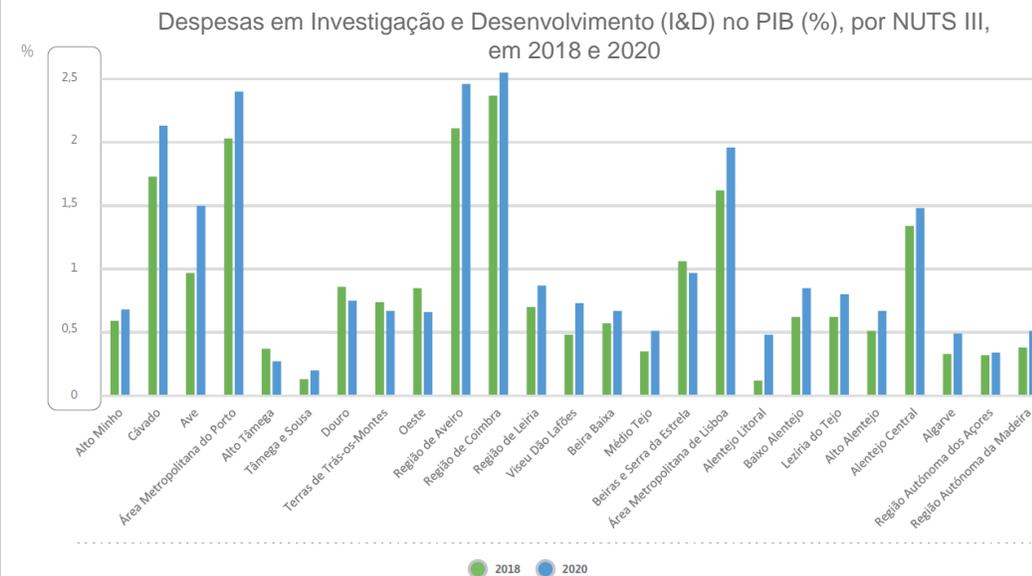
## TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

- ✓ 2020: a proporção da despesa em I&D no PIB foi relativamente baixa (1,6%), sem alterações do modelo de distribuição face a 2018

### DESAFIOS

**Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial, reindustrializar e promover a economia do mar:**

- **Reforçar a ligação e centralidade do SC&T e dos sistemas de ensino superior e sistema produtivo** – diferenciação pela qualidade e inovação dos produtos e serviços, exportação de bens de alta tecnologia e integração nas redes globais de conhecimento e inovação
- **Desenvolver planos de emprego e carreiras científicas nas instituições públicas ou privadas** – participação ativa em projetos europeus e internacionais, prestação de serviços às diferentes comunidades e agendas de investigação e de inovação
- **Robustecer os diferentes sistemas regionais de inovação** – aumento do investimento em inovação, em particular nos setores não tecnológicos em polos regionais em posições de referência internacional nos domínios correspondentes às especificidades das regiões
- **Utilizar as Estratégias Regionais de Especialização Inteligente** – referencial estratégico para os apoios financeiros nas dos Programas Operacionais, nomeadamente o COMPETE
- **Apoiar investimentos no domínio dos resíduos e da economia circular em sistemas municipais e intermunicipais**



Fonte: DGEEC (Potencial científico e tecnológico nacional) e INE



## INTERNACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTO EXTERNO

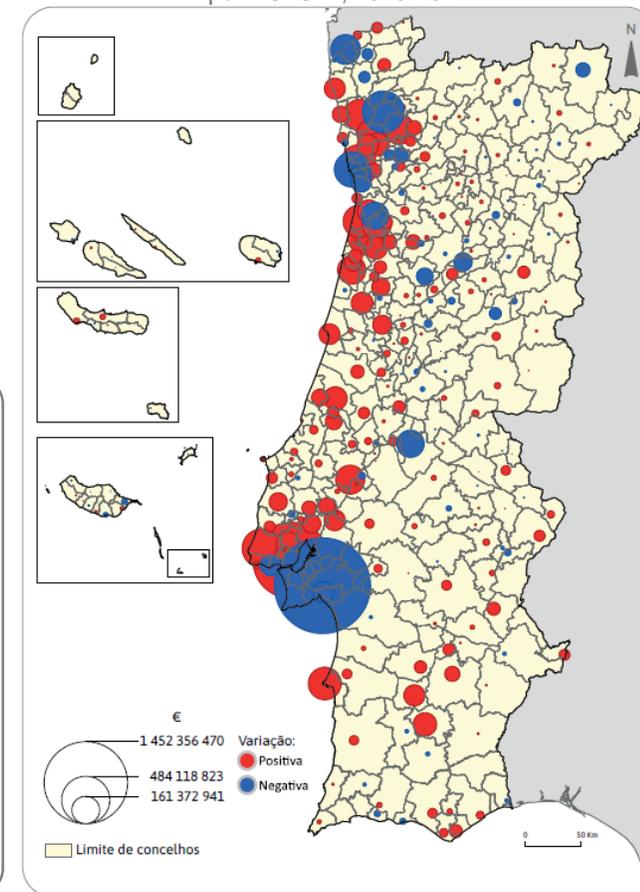
- ✓ 2019 a 2021: VAB aumentou 4,3%, concentrando-se na AML e na zona litoral da região Norte
- ✓ As **exportações aumentaram 6,2%**, embora as AM tenham perdido preponderância – 50,5% para 47,9%
- ✓ 2021: o **saldo da balança comercial de bens foi negativo** – 83.100 milhões de euros de importações para um volume de exportações de 63.600 milhões de euros, apesar de ligeira melhoria face a 2019
- ✓ 2021: **AML concentrou 29,5% das exportações e a AMP 18,4%**

### DESAFIOS

Reforçar o **policentrismo económico**, mobilizando mais regiões para o esforço de melhoria da prestação económica nacional:

- Dinamizar **iniciativas de redes de produtores e fornecedores regionais/locais** – qualificação de mais empresas, desenvolvimento das cadeias de valor, substituição competitiva de importações e acesso a novos mercados
- Reforçar a **capacidade de captação de investimento direto estrangeiro** – recursos endógenos e descentralização dos lugares de ancoragem do investimento
- Valorizar as **Áreas Empresariais de pequenas e médias empresas enquanto “motores” da Economia** – promoção de missing links e ligações transfronteiriças
- Desmaterializar e tornar mais eficientes as **cadeias logísticas** através da Janela Única Logística
- Dinamizar as atividades económicas como **centros de divulgação e demonstração das soluções inovadoras alcançadas** – potenciação da disseminação junto do mercado nacional e internacional

Varição do Valor Acrescentado Bruto (VAB), por NUTS III, 2019-2021



Fonte: DGT (CAOP) e INE (Sistema de contas integradas das empresas)



## CONETIVIDADE ECOLÓGICA

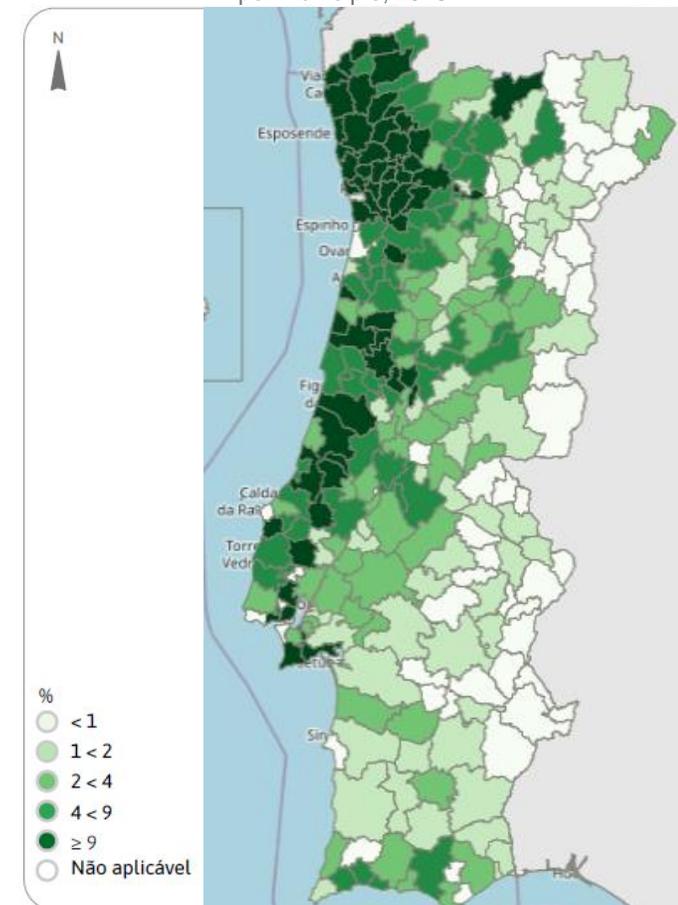
- ✓ 2007 a 2018: **redução da proporção de corredores húmidos impermeabilizados** em 15% dos municípios e aumento em 55% dos municípios
- ✓ A maioria dos municípios registou um **aumento das áreas artificializadas nos corredores litorais**, correspondentes à faixa até 2.000 m da linha de costa

### DESAFIOS

Relevância dos **corredores ecológicos** enquanto fator de diferenciação positiva dos territórios:

- Consolidar a **rede de conectividade ecológica nacional** – em linha com os princípios de uma infraestrutura verde, consubstanciando a **continuidade dos ecossistemas essenciais aos corredores ecológicos**
- Garantir a **integridade da estrutura de conetividade ecológica** nacional face à construção de grandes infraestruturas e equipamentos
- Aprofundar o **conhecimento sobre os corredores ecológicos** ao nível da **valorização dos serviços dos ecossistemas**

Proporção de corredores húmidos impermeabilizados, por município, 2018



Fonte: DGT (CAOP e outros)



## INFRAESTRUTURAS AMBIENTAIS

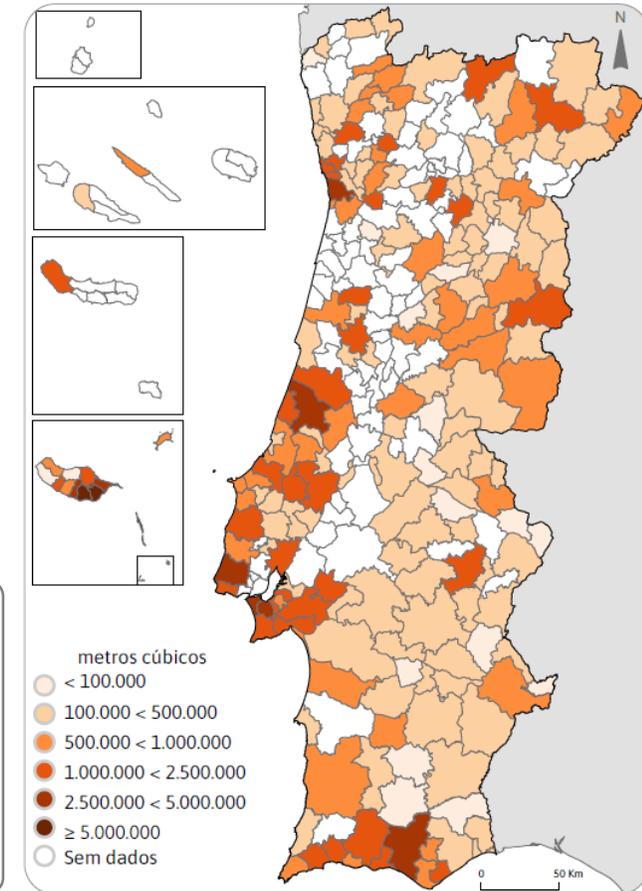
- ✓ 2018 a 2020: **96% de alojamentos eram servidos por abastecimento de água** (méd.) – 63% de municípios com cobertura de 95% e 84 a 100%
- ✓ 2019 e 2020: **volumes de perdas de água nos sistemas de abastecimento em baixa** não registaram uma tendência de evolução positiva
- ✓ 2020: **alojamentos servidos por serviços de águas residuais** foi em média de 85%, evolução positiva tal como a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente
- ✓ 2021: **produção de energia elétrica a partir de FER** aumentou o contributo para o consumo final de eletricidade: 60,2% para 69,9%

### DESAFIOS

Otimização das **redes de infraestruturas e abastecimento, de saneamento** e para fins agrícolas:

- Melhorar a **eficiência e eficácia dos sistemas de abastecimento de água** – redução efetiva das perdas de água
- Reforçar o potencial de produção de **energias renováveis** – aumento do aproveitamento do potencial hidroelétrico, pelo potencial eólico ainda por explorar e, em complementaridade, a produção descentralizada de energia solar fotovoltaica
- Aumentar a **resiliência dos sistemas e infraestruturas às alterações climáticas** e aos efeitos dos eventos extremos

Perdas de água nos sistemas de abastecimento, por município, 2018 e 2020



Fonte: DGT (CAOP) e INE



## REDES E INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES

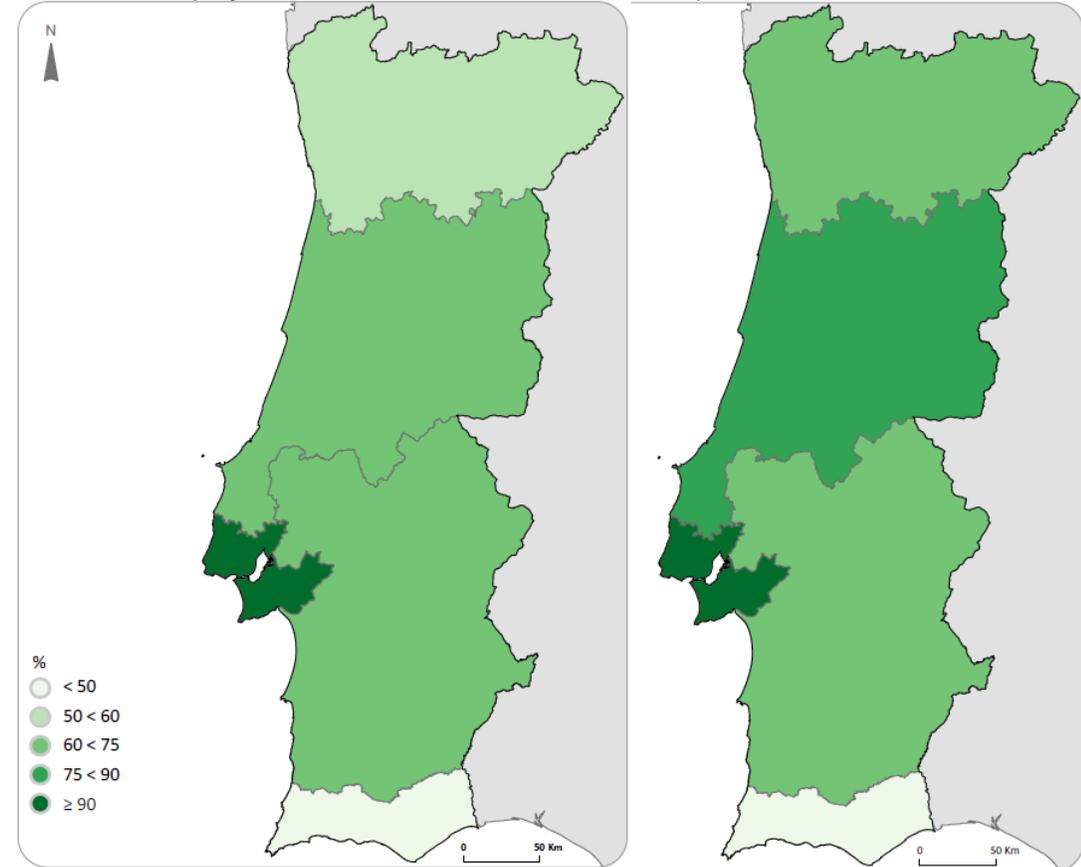
- ✓ 2019 a 2021: **Redes Rodoviária Nacional e de Autoestradas** sem alterações
- ✓ Evolução positiva na proporção da **rede ferroviária eletrificada** –70,9%
- ✓ 2021: totalidade dos **portos marítimos nacionais** registou um aumento de 4,7% no movimento de mercadorias
- ✓ 2021: subida no movimento de passageiros nos aeroportos nacionais

### DESAFIOS

**Diminuição das disparidades regionais** e mais **coesão territorial**:

- Assegurar uma **cobertura adequada do território nacional com o modo ferroviário** – ligação aos centros urbanos mais relevantes e áreas transfronteiriças ibéricas
- Adaptar **infraestruturas de transportes às alterações climáticas e tecnológicas**
- Adaptar, renovar e requalificar das redes de **infraestruturas e sistemas de transporte**

Proporção da rede ferroviária nacional eletrificada, por NUTS II, 2019 e 2021



Fonte: DGT (CAOP) e INE



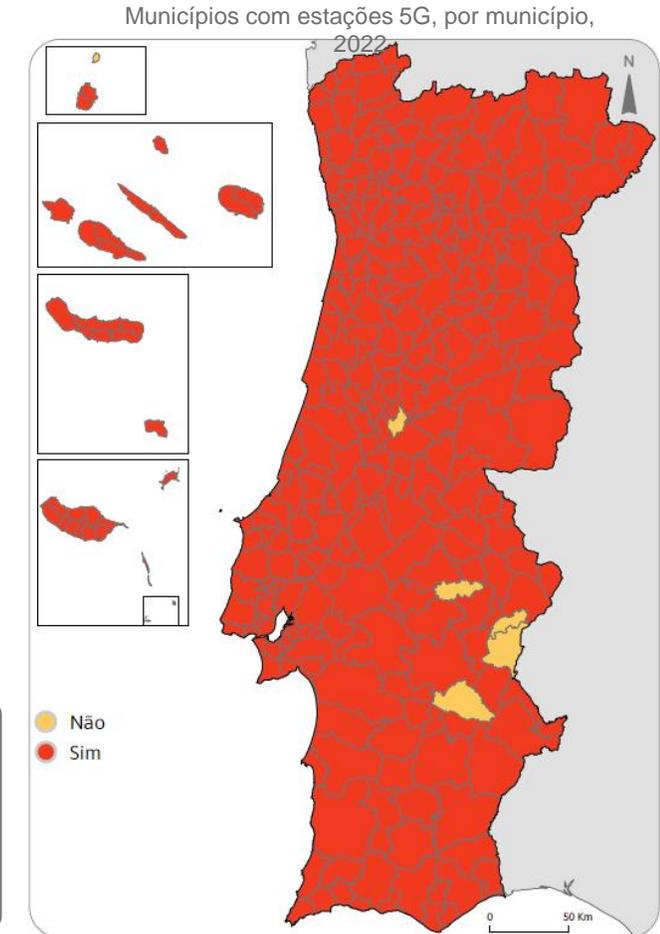
## CONETIVIDADE DIGITAL

- ✓ 2019 a 2021: **acessos à internet por 100 habitantes** atingiram 41,6%, crescimento de 1,2%, face a 2020 e 3% face a 2019
- ✓ A maior parte dos municípios apresentaram uma muito **elevada proporção de acesso “muito rápido” a serviço de dados com tecnologia 4G**
- ✓ 2022: apenas 6 municípios não tinham pelo menos uma **estação de base com tecnologia 5G** instalada

### DESAFIOS

Garantir a **qualidade do serviço e a adequação das ofertas** disponibilizadas:

- Reforçar a **banda larga a nível nacional** – em especial nas **áreas rurais**
- Consolidar e alargar a implementação de **estações de base 5G**



Fonte: DGT (CAOP) e ANACOM



## POPULAÇÃO URBANA

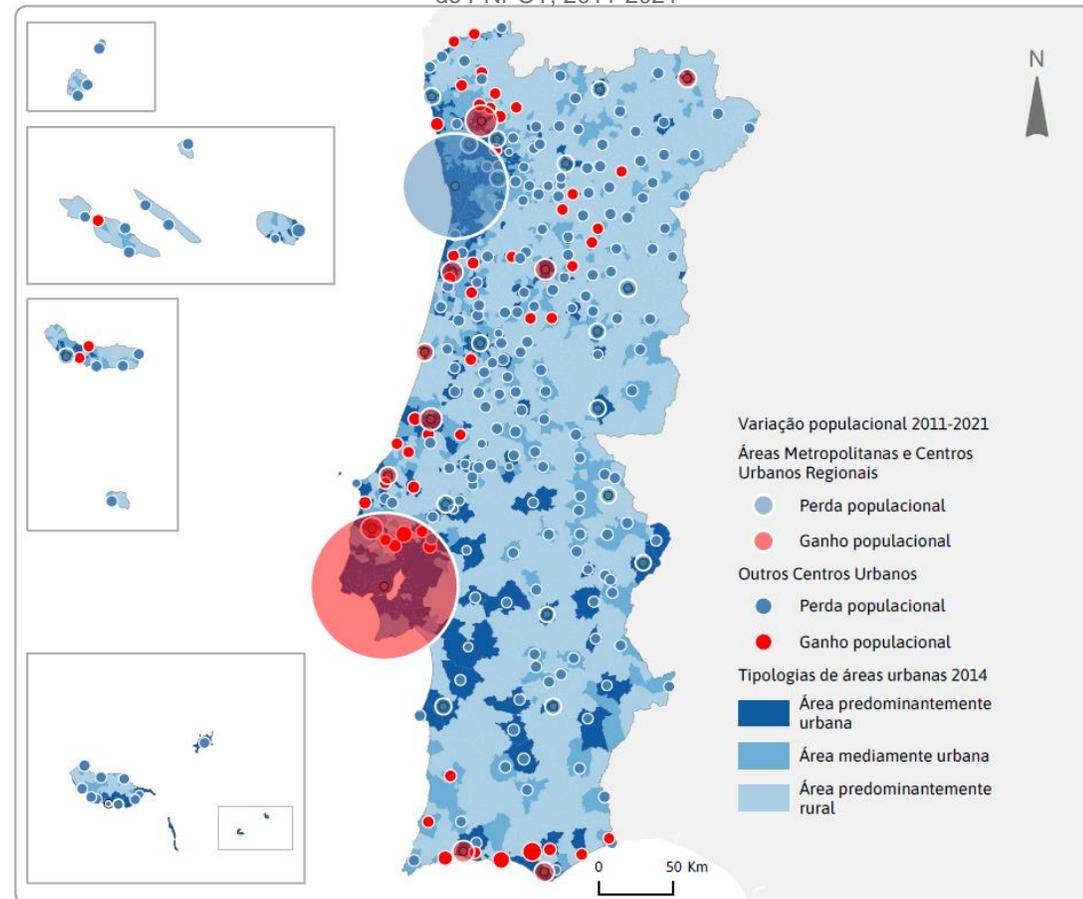
- ✓ 2021: 732 freguesias (das 3092) classificadas como **freguesias predominantemente urbanas**, concentrando **74% da população**, com densidades populacionais entre 454 hab/km<sup>2</sup> e 22 hab/km<sup>2</sup>
- ✓ População nos **centros urbanos do PNPOT** aumentou 25.566 residentes nas áreas metropolitanas, 15.561 residentes nos Centros Urbanos Regionais e reduziu 11.969 residentes nos Outros Centros Urbanos

### DESAFIOS

**Abordagem integrada de resposta à perda demográfica** que potencie as características únicas de cada território:

- Aumentar as **sinergias e capacidade de cooperação entre municípios** – desenvolvimento de estratégias de atração de novos residentes com parcerias entre atores privados e públicos
- Gerar **projetos diversificadores e inovadores** para a inclusão e a competitividade dos territórios urbanos em redes
- Reforçar o **papel estruturante dos centros urbanos na organização territorial** – valorização das suas características identitárias e do policentrismo de serviços e equipamentos
- Programar investimentos em **sistemas de transportes coletivos** para cidades de média dimensão e projetos de promoção de **mobilidade complementar e de transporte flexível**

Perdas e ganhos populacionais nos centros urbanos do sistema urbano do modelo territorial do PNPOT, 2011-2021



Fontes: DGT e INE



## FUNÇÕES URBANAS

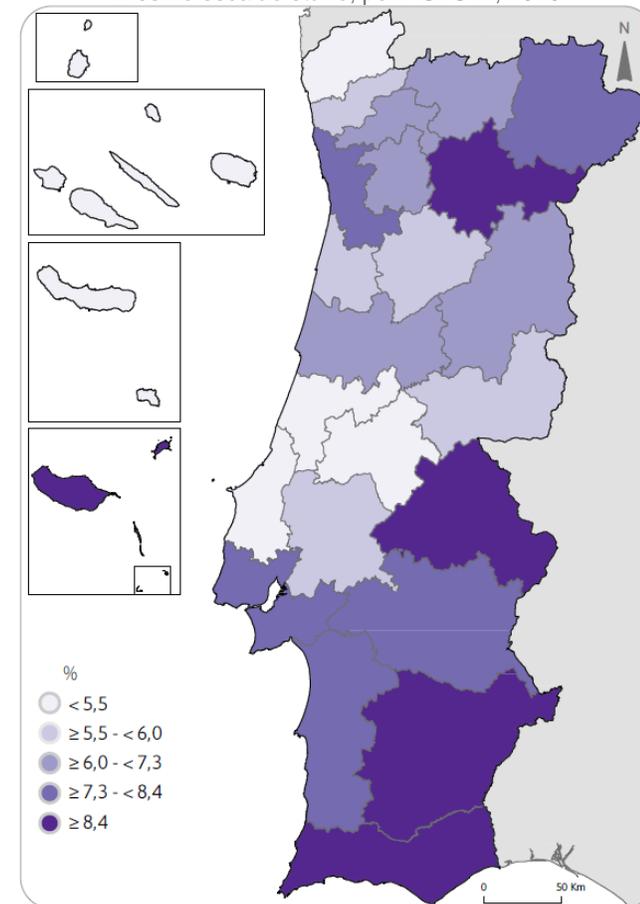
- ✓ As **Áreas Metropolitanas** e os **Centros Urbanos Regionais** concentram as **principais funções urbanas**
- ✓ 2021: maioria da **população em deslocação** (trabalho ou estudo) demorava **menos de 15 minutos** (54%) – AML com maior tempo médio de deslocação (25 minutos), acima da média nacional (20 minutos)
- ✓ **Desigualdades territoriais no acesso a oportunidades de emprego** resultam do peso do desemprego jovem (25-34 anos) na população residente, bem como a densidade de empresas não financeiras

### DESAFIOS

Reforçar o **acesso aos serviços de interesse geral**, associado a um aumento da atratividade populacional e da inclusão social:

- Aprofundar a **cooperação e coordenação ao nível das áreas urbanas funcionais** – provisão de serviços de interesse geral e da organização espacial de outras funções urbanas (natureza comercial, empresarial e industrial)
- Implementar **processos de governança territorial que mobilizem as lideranças locais** – articulação intermunicipal e interinstitucional com envolvimento dos prestadores e utentes na conceção e concretização de soluções de atendimento
- Definir **políticas para os setores do comércio, serviços e restauração** – utilização do cadastro comercial na avaliação e identificação de oportunidades de negócio para os operadores económicos
- Criar **sinergias entre recursos e capacidades a escalas relevantes** – eficiência e qualidade dos serviços de interesse geral

Peso da população do escalão etário 25-34 anos desempregada registada sobre a população residente do mesmo escalão etário, por NUTS III, 2020



Fonte: DGT e INE



## CONSUMO DE SOLO

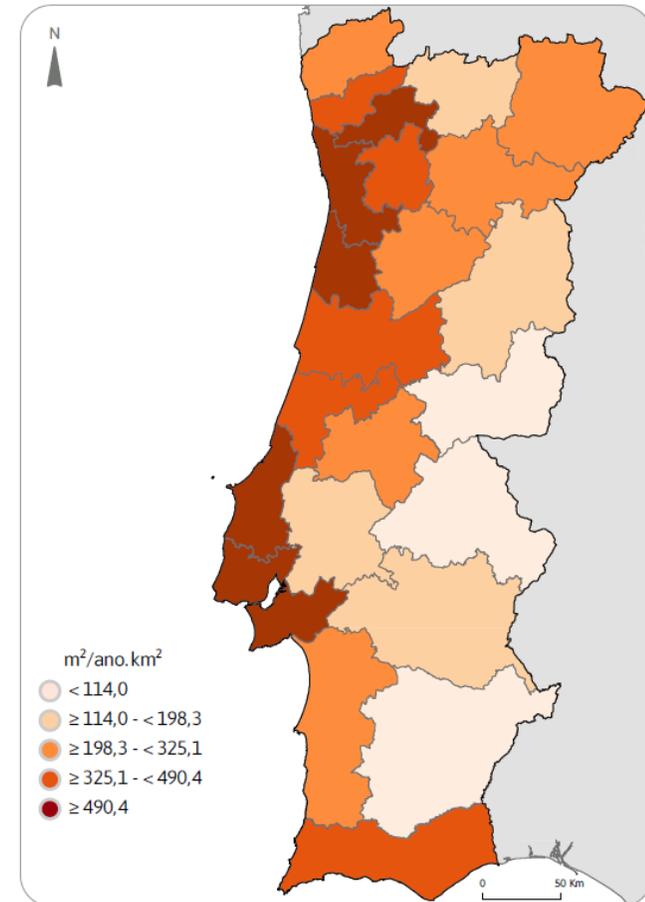
- ✓ 2018: **taxa de artificialização líquida do solo** evidencia que decresce do litoral para o interior
- ✓ 2007 a 2018: a **área artificializada do continente** cresceu 250 km<sup>2</sup> – ocupava 5% do território e correspondia a um consumo médio diário de territórios não artificializados de 6,2 hectares
- ✓ 2015 a 2018: a **taxa de crescimento da área artificializada foi superior à taxa de crescimento da população**, exceto a AML face às necessidades ditadas pelo crescimento populacional
- ✓ COS 2018: 44% do território artificializado correspondia a tecido edificado descontínuo, grande parte povoamento disperso, mais do dobro da superfície ocupada por tecido edificado contínuo (21%)

### DESAFIOS

Valorização do **recurso solo** e do **combate ao seu desperdício**:

- Promover **processos integrados de reabilitação urbana** que promovam a qualificação e atratividade das áreas artificializadas, otimizando a sua (re)utilização **em detrimento da nova urbanização ou edificação**
- Incrementar uma **gestão eficiente das Áreas Urbanas Funcionais** – complementaridade funcional entre centros urbanos de diferentes dimensões e aglomerados rurais para **maximizar a (re)utilização das áreas edificadas existentes e minimizar os fenómenos de ocupação dispersa**
- Fomentar a **reconversão e a renaturalização de territórios artificializados** – corredores e sistemas ecológicos urbanos cujos serviços apresentem um benefício superior ao uso atual

Taxa de artificialização líquida do solo, por NUTS III, 2018



Fonte: DGT



## HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

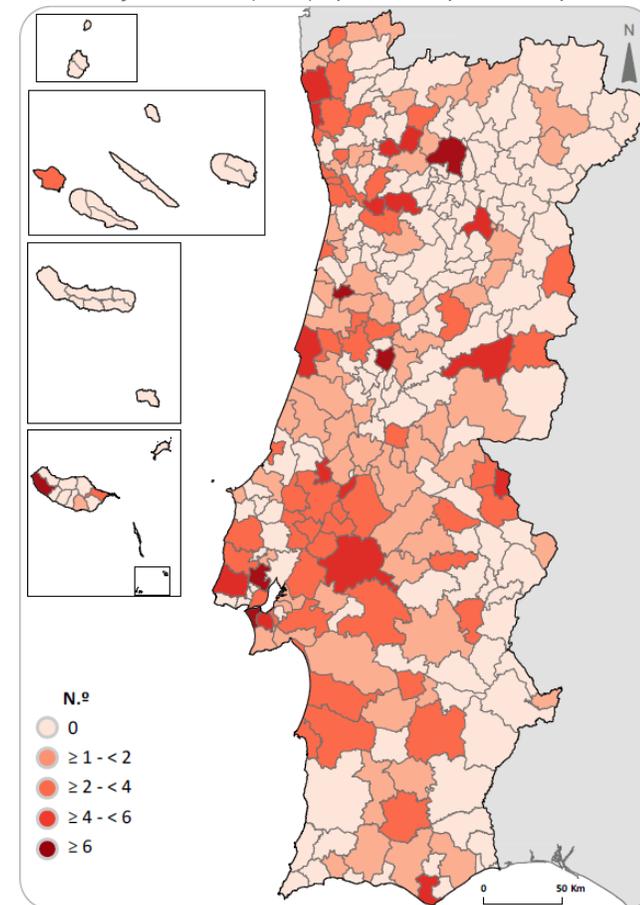
- ✓ 2021: **Densidade de alojamentos por município** revelou, disparidades na distribuição espacial da oferta de habitação, com maior concentração nas áreas metropolitanas e no Algarve
- ✓ 2011 a 2021: Crescimento do **parque habitacional**, apesar de inferior ao das décadas anteriores, atingiu quase 6 milhões alojamentos clássicos – **69% de residência habitual, 19% de residência sazonal ou secundária e 12% vagos**
- ✓ Proporção de **fogos ocupados em regime de arrendamento** aumentou de 20% para 22%
- ✓ Ainda que a maioria dos municípios tenha **ARU delimitadas**, é **reduzido número de ORU** refletindo alguma lentidão dos seus processos de aprovação e implementação

### DESAFIOS

Acesso a **habitação condigna, reabilitação urbana, qualificação do espaço público:**

- Apoiar os processos de **reabilitação urbana e do edificado em detrimento da construção nova**
- Alargar os **beneficiários da política de habitação** e reduzir a sobrecarga das despesas das famílias com **habitação no regime de arrendamento**

Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) com Operações de Reabilitação Urbana (ORU) aprovadas, por município, 2019



Fonte:  
DGT



## MOBILIDADE

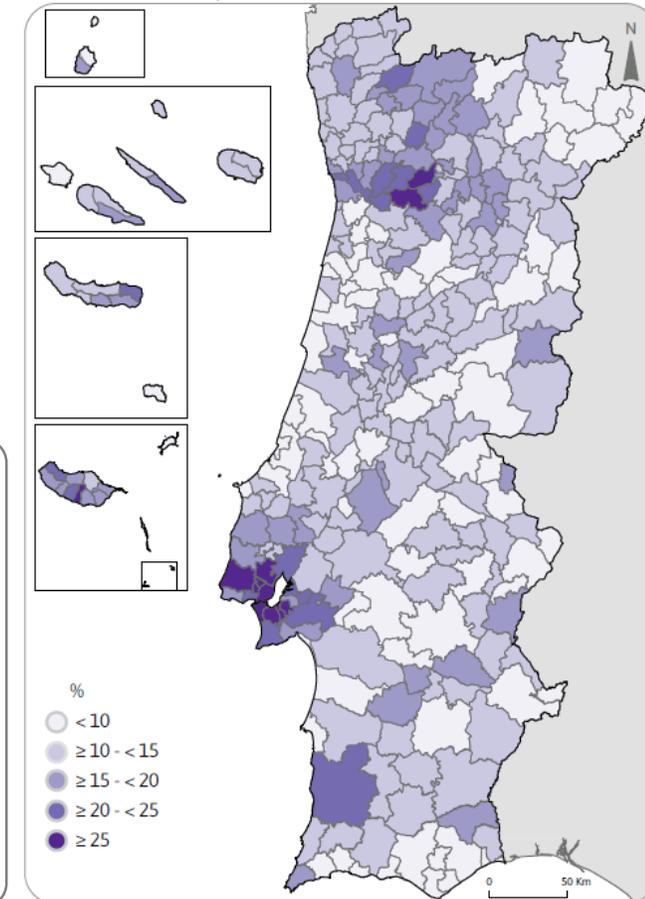
- ✓ 2017: a **maioria do total das deslocações nas áreas metropolitanas foi por automóvel** – 58,9% (AML) e 67,6% (AMP), face à utilização do autocarro (transporte público ou de empresa/escolar) – 8,8% (AML) e 8,2% (AMP), e do transporte ferroviário (pesado e ligeiro) – 6,3% (AML) e 2,8% (AMP)
- ✓ 2021: o setor dos transportes, dominado pelo **tráfego rodoviário**, foi responsável por **28,4% do total das emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE)**
- ✓ **Segunda forma de locomoção: modos suaves**

## DESAFIOS

Reforço da **mobilidade sustentável e inclusiva**, com uma **oferta diversificada e de baixas emissões**:

- Planear e gerir a **mobilidade à escala metropolitana e supramunicipal** – consolidação da descentralização de competências e a **reorganização dos serviços de transportes públicos**
- Afirmar um **modelo multimodal** – oferta reflita as **externalidades positivas do uso do transporte coletivo** e não discrimine negativamente as populações periféricas
- Promover **outros modos e tecnologias de transporte** – incluindo os **modos suaves** (pedonal e bicicleta) e soluções de **mobilidade partilhada e elétrica**
- Assegurar o planeamento e desenvolvimento de **atividades económicas e de serviços** – **acesso em deslocações com duração, preferencialmente de, até 15 minutos**

Proporção da população que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares, por município, 2021



Fonte: DGT (CAOP) e INE



## AMBIENTE URBANO

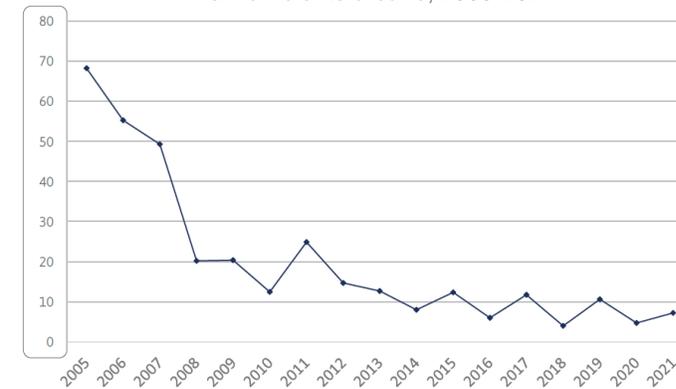
- ✓ 2005 a 2021: melhoria significativa da **qualidade do ar**
- ✓ 2021: **recolha seletiva de resíduos urbanos** mantém-se baixa

### DESAFIOS

Promoção de **idades mais compactas e verdes**, com maior conforto urbano, proteção da saúde humana e da qualidade de vida, **mais eficientes no uso da energia e da água** e contribuindo de forma significativa para a **descarbonização**:

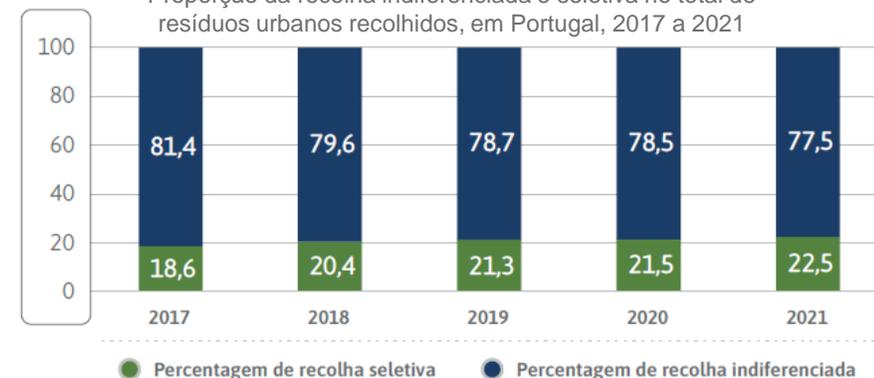
- Reforçar as **infraestruturas verdes e azuis no sistema urbano** – eficientemente concebidas, geridas e interligadas, incluindo nos seus **subsistemas territoriais e corredores**
- Gerir a **qualidade do ar, água, solo, ruído, resíduos** – evitando a degradação dos recursos naturais e promovendo a prevenção e redução da poluição
- Fomentar a **eficiência energética**, bem como edifícios com impacto neutro no clima – contribuição para **reduzir as emissões de gases com efeito de estufa**

Evolução do número médio de dias com IQAr 'fraco' ou 'mau' em ambiente urbano, 2005-2021



Fonte: APA, CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Lisboa e Vale do Tejo, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, DRA Madeira, DRA Açores

Proporção da recolha indiferenciada e seletiva no total de resíduos urbanos recolhidos, em Portugal, 2017 a 2021



Fonte: INE (Estatísticas do Ambiente 2021)



## ECONOMIA, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

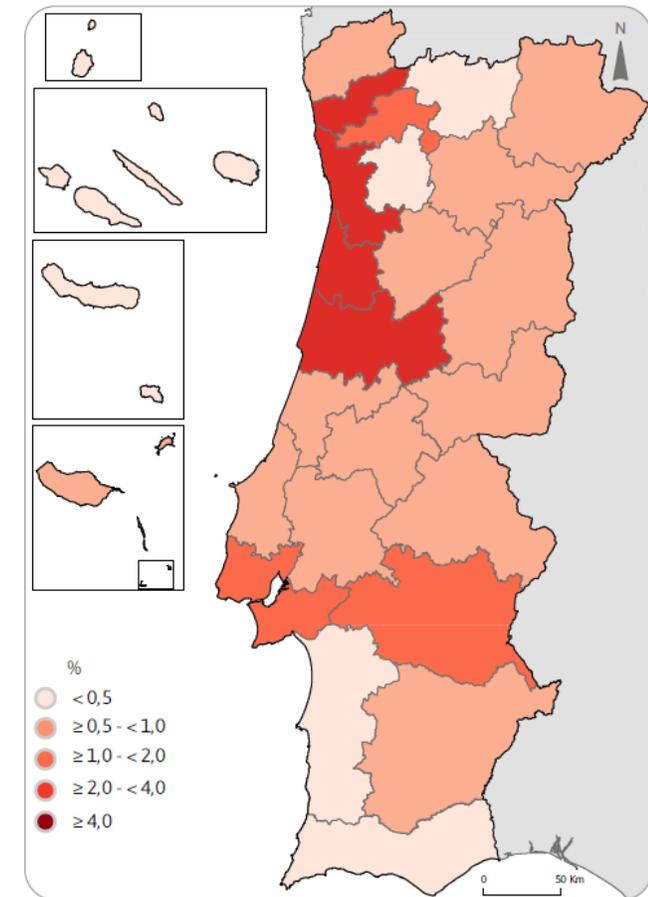
- ✓ 2021: **despesa total nacional em I&D** atingiu 3.609 milhões de euros, 1,68% do PIB nacional, com crescimento de 12% em relação a 2020
- ✓ 2020: a AML (1,96%) e o Norte (1,82%) registaram **despesa em I&D mais alta**, acima do valor nacional
- ✓ **Nível sub-regional**: destacaram-se as Regiões de Coimbra (2,55%) e Aveiro (2,46%)
- ✓ Crescente **participação de municípios em redes internacionais de desenvolvimento urbano e em redes e parcerias urbanas nacionais** como a Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2)

### DESAFIOS

Manter e reforçar o **dinamismo tecnológico em centros urbanos e territórios mais desenvolvidos** e reforçar a capacidade de cada território inovar e criar crescimento:

- Formar e capacitar a **literacia e competências** no que respeita às **Tecnologias de Informação e Comunicação e Digitalização** – valorização o potencial destas na **criação de empregos**
- Aumentar a **coperação científica e tecnológica**, entre empresas, associações empresariais, universidades, centros tecnológicos, organismos públicos e outras partes interessadas
- Internacionalização, incentivando o **posicionamento e notoriedade internacionais**, no sentido de **adaptação às realidades e pressões competitivas globais**

Proporção da despesa I&D no PIB,  
por NUTS III, 2020



Fonte: DGT (CAOP) e INE



# Vulnerabilidades Críticas



## INUNDAÇÕES

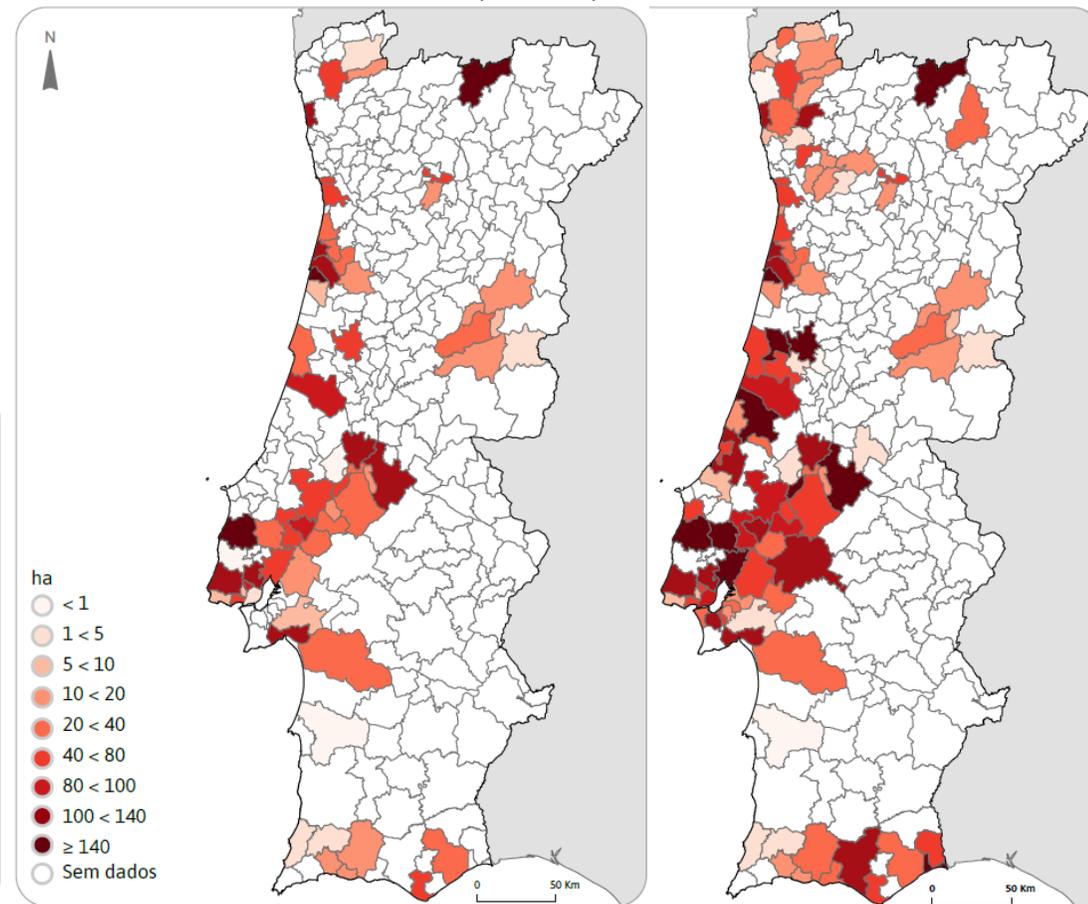
- ✓ 2018 a 2021: **área artificializada** aumentou cerca 91 mil ha em 114 municípios com a redefinição de áreas suscetíveis a inundações
- ✓ CRUS 2021: cerca **5mil ha das áreas suscetíveis a inundações** eram solo urbano (4.400 ha) e solo urbanizável (600 ha) **com 26.540 edifícios clássicos** inventariados para Portugal continental (0,8%)

### DESAFIOS

Conter a ocupação edificada nas áreas de maior suscetibilidade à inundações:

- Travar a artificialização do solo em áreas sujeitas a risco de inundações de origem fluvial, pluvial e costeira – prioridade nos corredores de conectividade ecológica hídricos e litorais
- Aumentar a resiliência a inundações em áreas urbanas e rurais – utilização do mapeamento dos perigos com origem climática, para o bom funcionamento do ciclo da água e a consequente alteração e adaptação dos principais IGT
- Implementar as medidas dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) – minimização das consequências prejudiciais para a saúde humana, as atividades económicas, edifícios sensíveis expostos a riscos, o património cultural e o ambiente

Área artificializada em áreas suscetíveis a inundações, por município, 2018 e 2021



Fonte:  
DGT



## INCÊNDIOS RURAIS

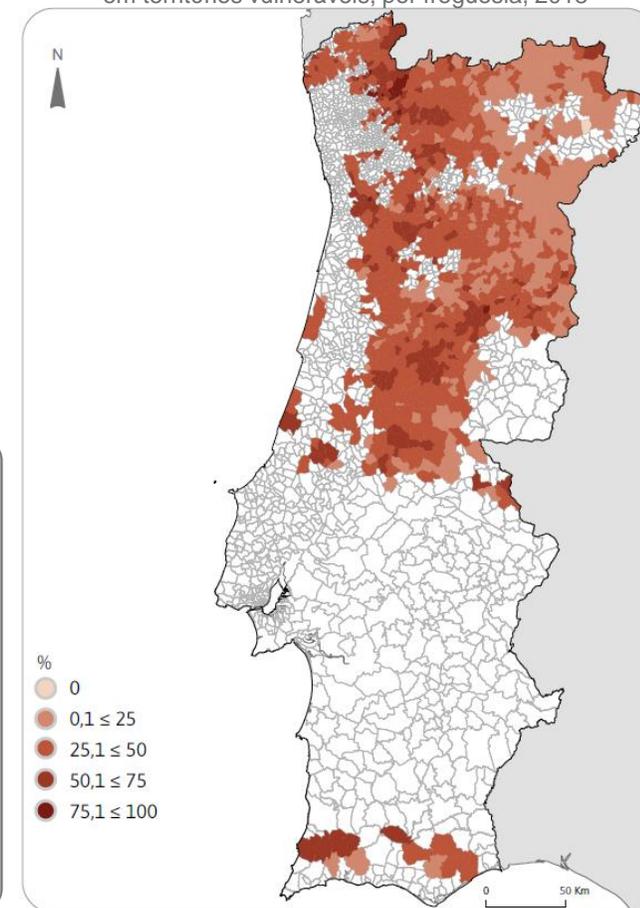
- ✓ 2021: **-54% de incêndios rurais** face à média de 2011-2020, **-78% de área ardida** face à média 2011-2020
- ✓ 2011 a 2021: **aumento de 4% do número total de edifícios clássicos situados em áreas de perigosidade de incêndio alta ou muito alta**
- ✓ 2020 – **Territórios Vulneráveis de floresta**: integram 1.279 freguesias numa área de 33.079 km<sup>2</sup> e a **proporção do perímetro edificado em contacto direto com coberto combustível era superior a 50% em 186 das freguesias e superior a 75% em 15 freguesias**

### DESAFIOS

No quadro de implementação do **Programa de Transformação da Paisagem (PTP)**:

- Aplicar as **diretrizes de planeamento e gestão** dos instrumentos previstos no **PTP** e no **SGIFR – articulação** entre instrumentos de **planeamento territorial** e de **política setorial**, regimes de controlo da **atividade económica** e instrumentos de **financiamento**, instrumentos de **planeamento e gestão florestal** e de **gestão integrada de fogos rurais**
- Reduzir a **exposição ao risco** – reconversão de **áreas de matos e floresta em redor dos aglomerados populacionais** localizados em áreas de perigosidade alta e muito alta e operacionalização dos **Condomínios de Aldeia**
- Disponibilizar a **cartografia de áreas edificadas e da interface Urbano-Rural** – apoio à tomada de decisão
- Promover as transformações da paisagem que acautelam a **redução da vulnerabilidade dos territórios ao risco de incêndio** – instalação de estruturas ou áreas de descontinuidades de usos, estratégicas para a contenção de fogos rurais

Proporção do perímetro edificado em contacto direto com coberto combustível, associado a áreas edificadas em territórios vulneráveis, por freguesia, 2018



Fonte: DGT e INE



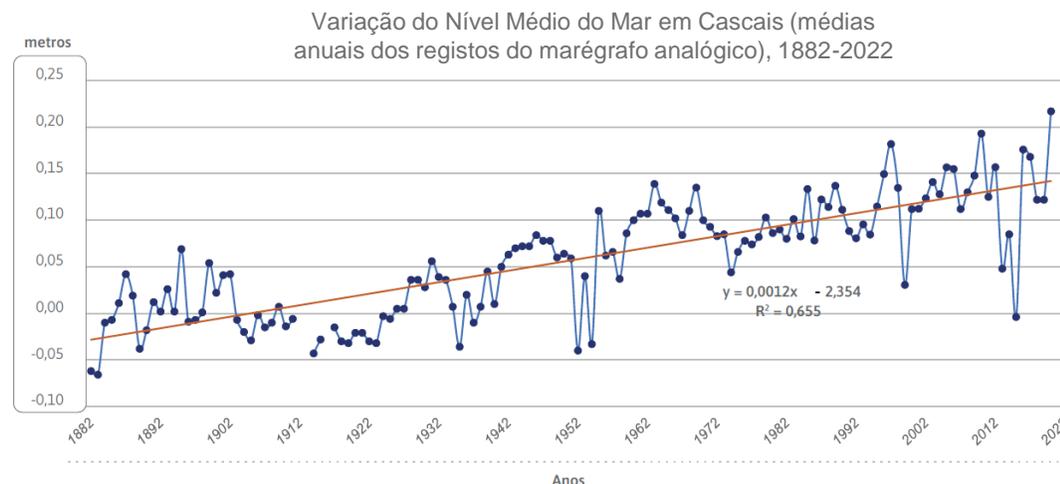
## LITORAL E EROSÃO COSTEIRA

- ✓ **Últimos 140 anos:** o nível médio do mar subiu cerca de **20 cm**, de acordo com dados dos marégrafos de Cascais
- ✓ **Linha de costa em recuo ou erosão:** **variação significativa ao longo do litoral** com valores máximos em Esposende, Ovar e Figueira da Foz

### DESAFIOS

#### Valorizar o litoral e aumentar a sua resiliência:

- Dar continuidade à **monitorização da dinâmica da erosão costeira** – integração dos seus resultados na cartografia e orientações técnicas em matéria de **riscos e prevenção nos IGT**
- Dar continuidade à **estratégia de adaptação às alterações climáticas**, em todas as suas vertentes – prevenção, proteção, acomodação e retirada, a desenvolver de forma coerente e articulada aos diversos níveis e **a incorporar nos IGT**
- Concretizar as **intervenções físicas prioritizadas para o período de vigência da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira**
- Revisão das **orientações sobre adaptação às alterações climáticas nas diversas regiões** – âmbito do Roteiro Nacional para a Adaptação 2100, a incorporar nos IGT



Fonte: DGT



## SECA E DESERTIFICAÇÃO DO SOLO

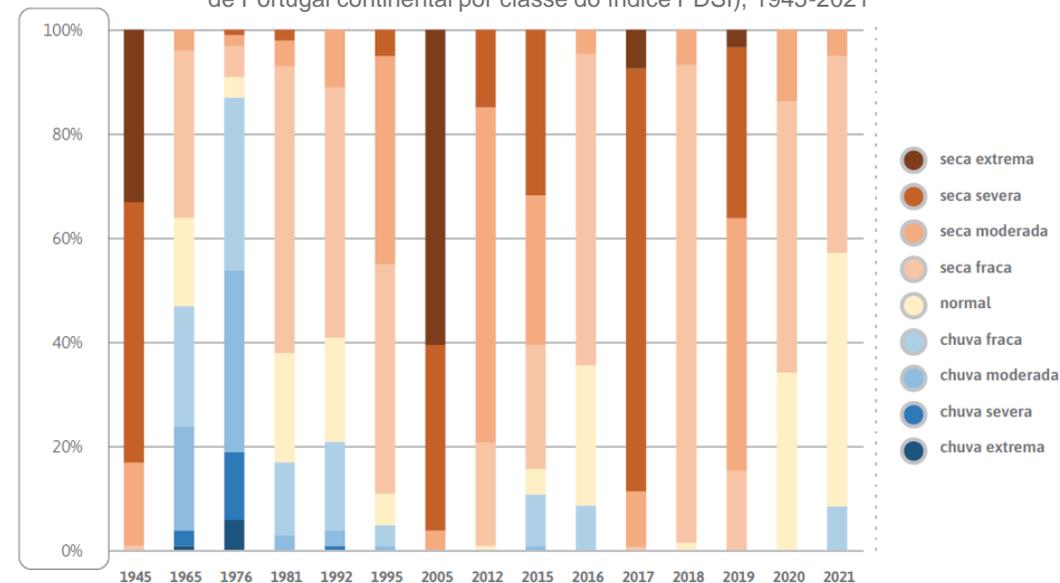
- ✓ Desde 2015: clara prevalência de **seca meteorológica generalizada no final de setembro**
- ✓ 2019, 2020 e 2021: a evolução mensal da **extensão territorial e de padrão da seca alterados** e com maior tendência de ocorrência nos meses húmidos
- ✓ Desde 1990: as **classes de aridez hierarquizadas pelo grau mais severo de suscetibilidade à desertificação têm-se agravado**

### DESAFIOS

#### Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática:

- **Monitorizar a evolução dos diferentes tipos de seca, meteorológica e hidrológica**
- **Adequar o uso do solo às disponibilidades hídricas**
- Maximizar as **sinergias dos instrumentos de financiamento em modelos multifundos** – adequação do uso do solo que contribua para redução ativa das vulnerabilidades ou minimização dos efeitos de seca e desertificação
- **Regulamentar nos IGT o uso dos solos de elevado valor** – em função da sua capacidade de produção alimentar – e dos **solos suscetíveis à desertificação** para a progressiva restauração da sua estrutura e propriedades físicas

Extensão territorial de secas a 30 de setembro (% do território de Portugal continental por classe do índice PDSI), 1945-2021



Fonte: IPMA

# Como está a evoluir o Sistema de Gestão Territorial

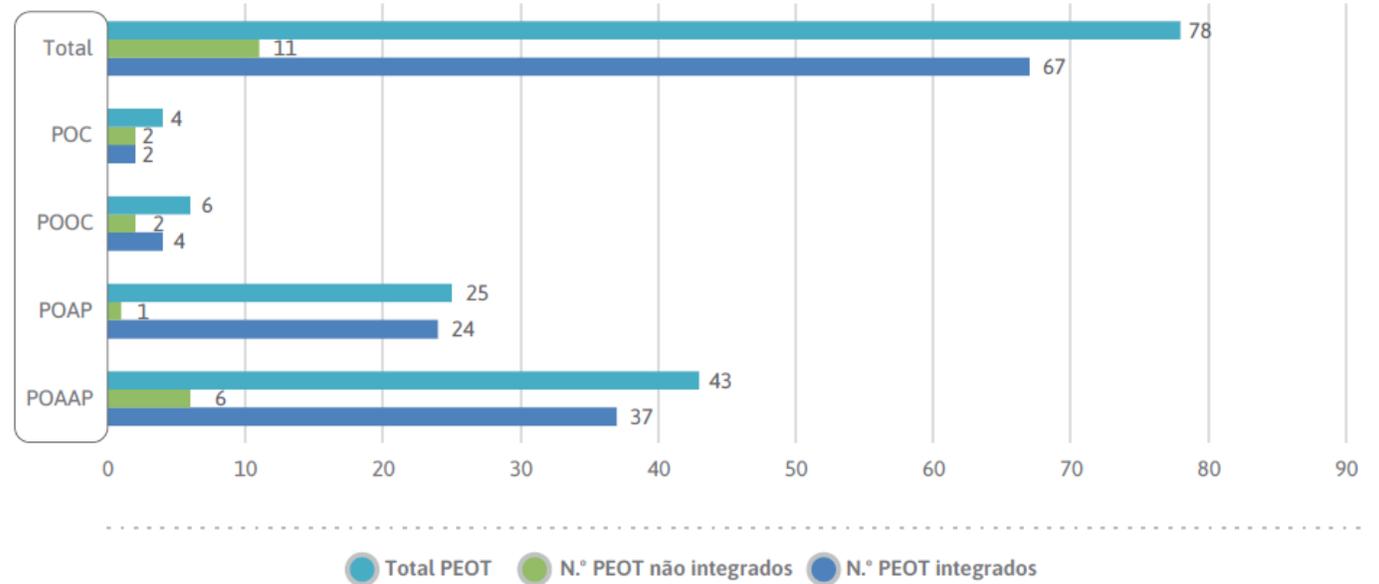
Capítulo 6

# Sistema de Gestão Territorial

## Programas Especiais de Ordenamento do Território

- ✓ 78 abrangem 163 municípios do continente e 30 municípios das regiões autónomas
- ✓ Em alguns municípios vigoram até 5 destes IGT
- ✓ Em dezembro de 2022 em Portugal continental ainda não tinham processos de recondução iniciados:
  - ✓ 81% dos Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas
  - ✓ 44% dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas
- ✓ Necessidade de integração nos planos territoriais de normas ou modificação das normas incompatíveis com as disposições dos planos ou programas especiais de ordenamento do território:
  - ✓ Cumprida em 149 municípios do continente

Planos e Programas Especiais com as suas disposições integradas em planos territoriais, Portugal continental, 2022

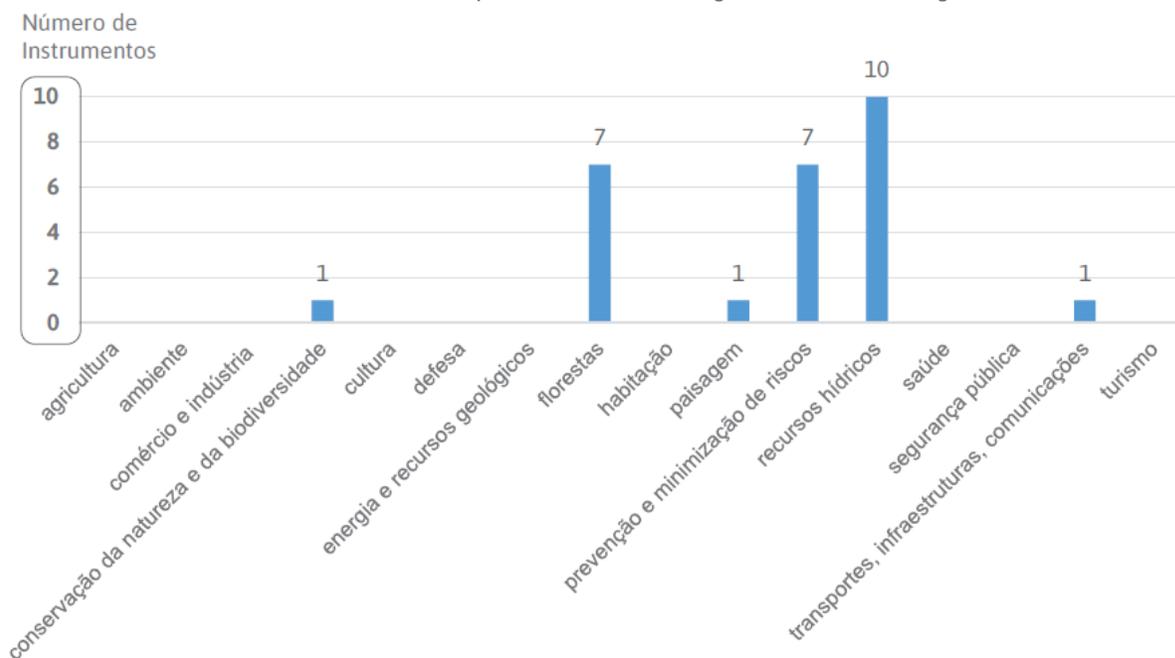


# Sistema de Gestão Territorial

## Programas Setoriais

- ✓ A 31/12/2022: 27 Programas Sectoriais em vigor
- ✓ 2019: após a aprovação do PNPOT foram iniciados novos Programas Sectoriais
- ✓ 2020: aprovação do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e criada a figura de Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), enquanto programa sectorial
  - ✓ Objetivo de realização de 20 PRGP até 2025

Número de Instrumentos Setoriais por domínio, em Portugal continental, em vigor a 31/12/2022

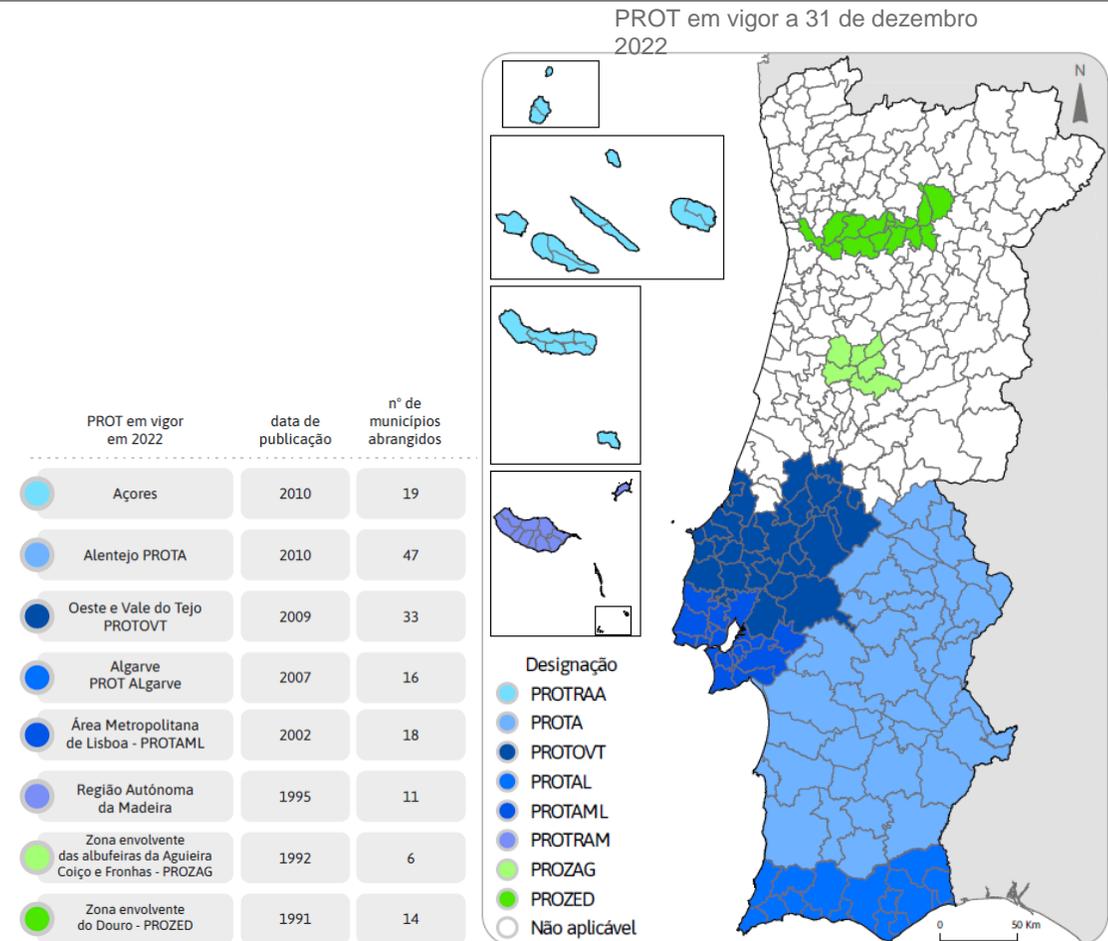


Fonte: DGT

# Sistema de Gestão Territorial

## Programas Regionais de Ordenamento do Território

- ✓ Os planos regionais de ordenamento do território em vigor, são equiparados, para todos os efeitos, aos programas regionais
- ✓ Dezembro de 2021: determinada a elaboração do PROT Norte e PROT Centro, presentemente em curso
- ✓ O PROT da Região Autónoma da Madeira encontra-se em processo de revisão.

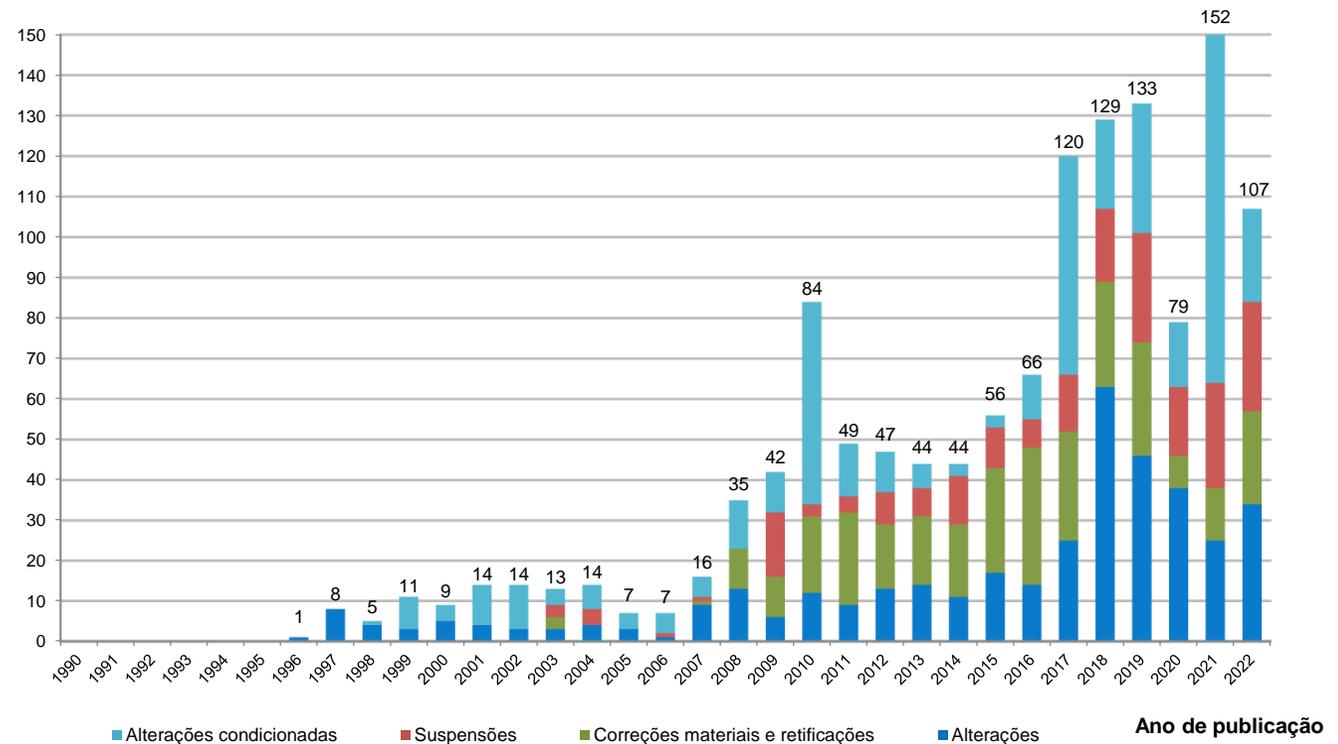


# Sistema de Gestão Territorial Planos Diretores Municipais

- ✓ O novo RJIGT determinou para os municípios a adaptação dos PDM às novas regras de classificação e qualificação do solo, requerendo até 31.10. 2022, a primeira reunião da comissão consultiva ou a conferência procedimental
- ✓ No continente a 31.12.2022: 60 municípios não tinham realizado a reunião da comissão consultiva ou a conferência procedimental e destes, 47 municípios não tinham a reunião agendada
- ✓ 2018 – análise da artificialização do solo em áreas classificadas como solo urbano nos PDM: mais de metade dos municípios do continente (145) apresentavam uma proporção de solo urbano não artificializado superior a 50%

Dinâmica dos PDM em vigor, a 31/12/2022

N.º de atos de dinâmica



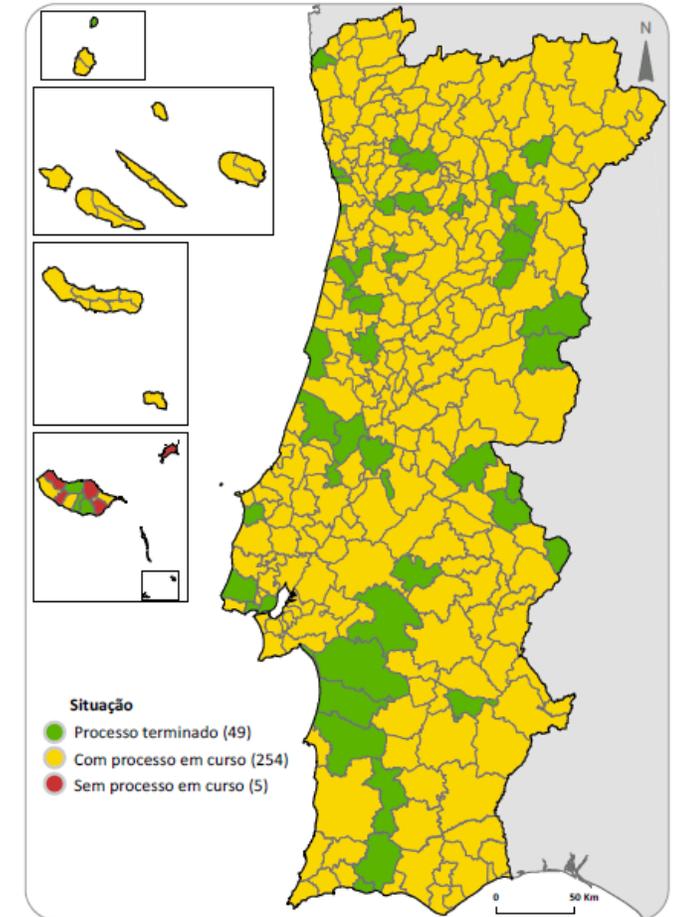
Fonte:  
DGT

# Sistema de Gestão Territorial Planos Diretores Municipais

- ✓ A 31/12/2022: 37% dos municípios (114) ainda não tinha concluído o processo de revisão do respetivo PDM e regiam-se por planos elaborados ao abrigo de regimes jurídicos anteriores.
- ✓ Apenas 12% dos municípios (36) tinham revisto os seus PDM ao abrigo RJIGT publicado em 2015

**A DINÂMICA DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL FICA AQUÉM DA PRODUÇÃO OU ALTERAÇÃO DE LEGISLAÇÃO, PENALIZANDO A ADEQUABILIDADE E ATUALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL, A SEGURANÇA JURÍDICA, COERÊNCIA E EFICÁCIA DO PROCESSO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Situação, por município, em 31/12/2022



Fonte:  
DGT

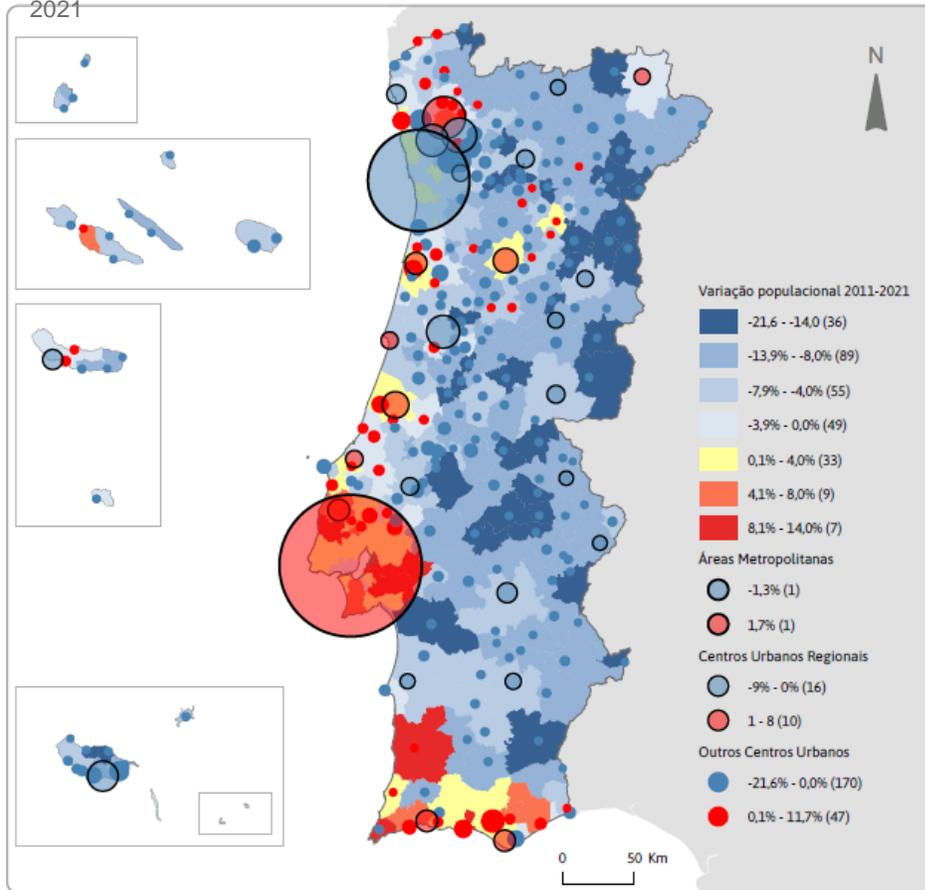
# Pressões sobre o Território

# Pressões Sobre o Território



# Pressões Sobre o Território Demografia

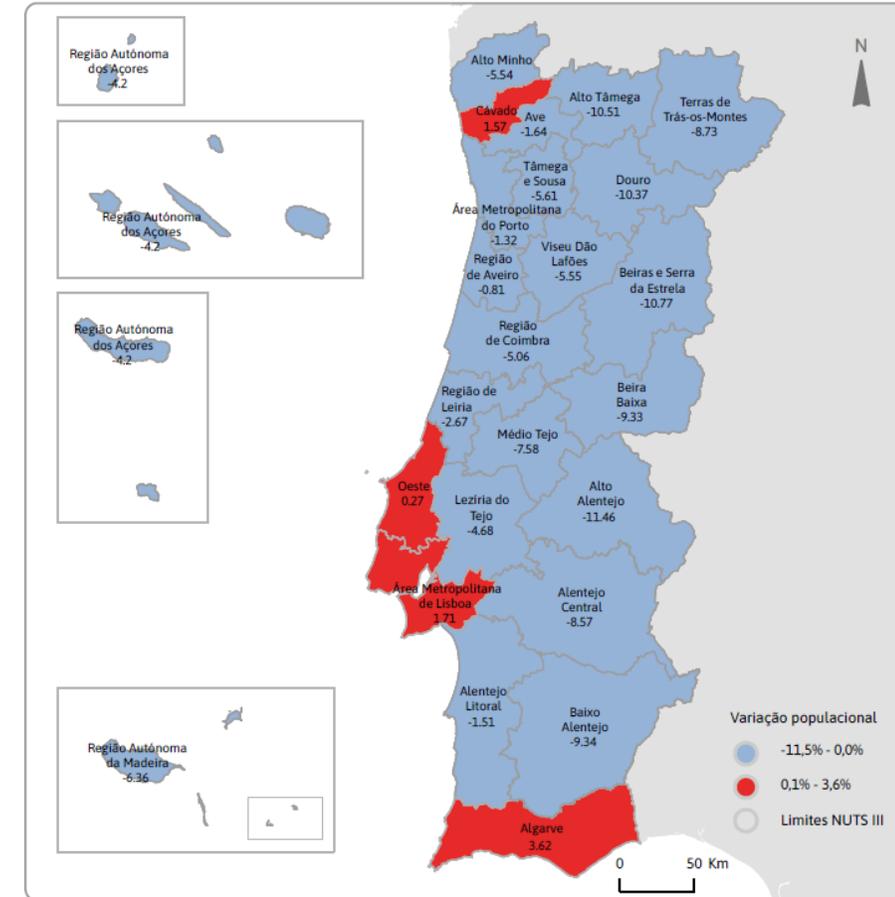
Taxa de Variação populacional nos centros urbanos regionais do PNPOT, 2011-2021



Fonte: DGT e INE (Censos 2021)

- ✓ De acordo com os **Censos 2021**, a população residente em Portugal era de **10.343.066 indivíduos**
- ✓ **Redução populacional de 2,1% face a 2011**
- ✓ **Dos 126 municípios cujas projeções apontavam para uma perda populacional > 15% até 2030, 24 já atingiram esse valor em 2021 e 65 registaram uma diminuição da população > 10%**
- ✓ 4 sub-regiões registaram aumentos de população:
  - ✓ Algarve 3,7%
  - ✓ AM Lisboa 1,7%
  - ✓ Cávado 1,6%
  - ✓ Oeste 0,3%

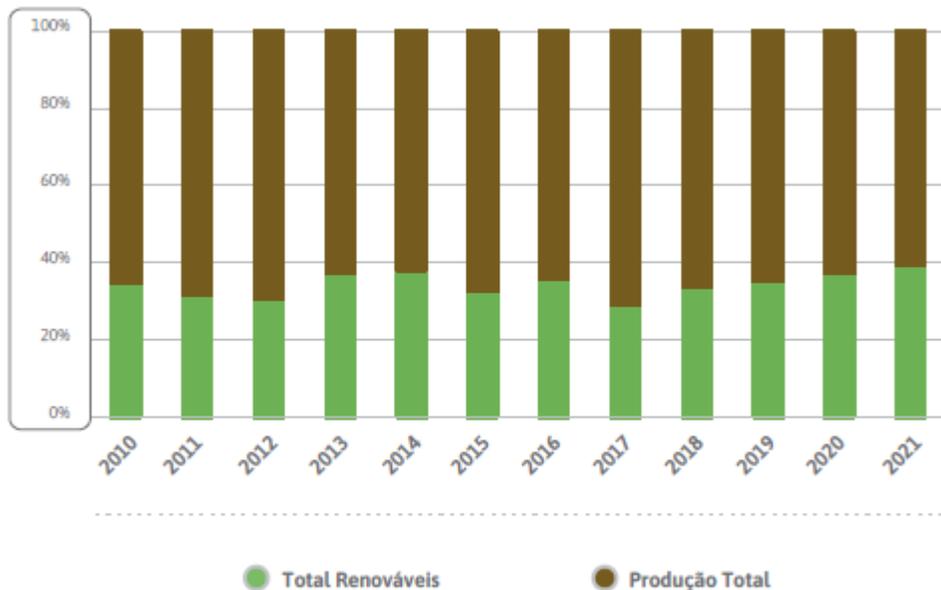
Variação populacional, por NUTS III, 2011-2021



Fonte: DGT (CAOP) e INE (Censos 2021)

# Pressões Sobre o Território Energias Renováveis

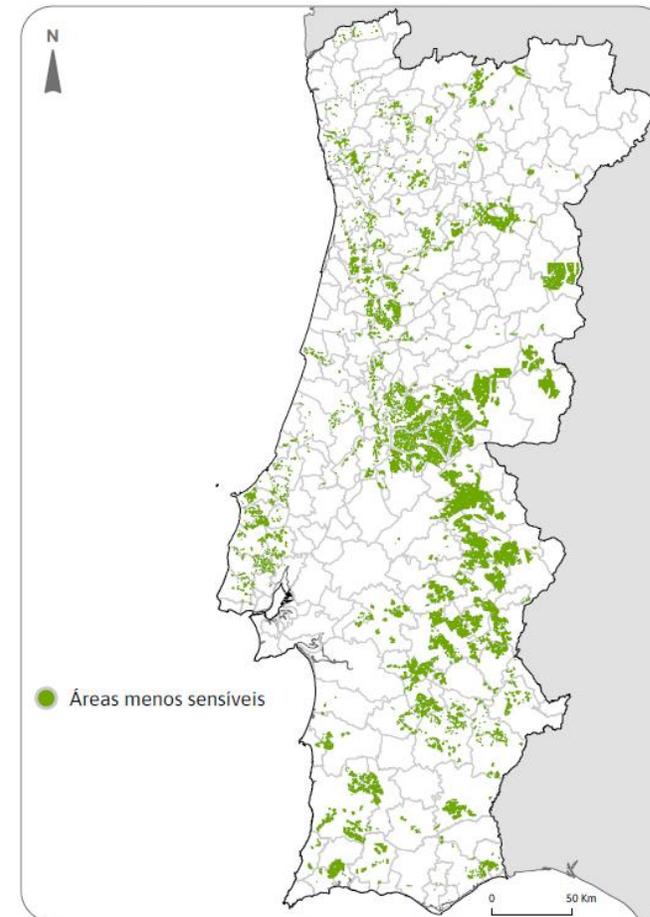
Proporção de renováveis na produção total de energia elétrica, 2010-2021



Fonte: DGEG

- ✓ De acordo com os dados da DGEG a produção de **energia elétrica por fontes renováveis** variou entre 30% e 40%, entre 2010, 2021
- ✓ Evolução no mesmo período por **diferentes fontes de energia**
  - ✓ Hídrica e eólica são claramente as mais elevadas
- ✓ Junho de 2023, o LNEG identificou uma **área potencial de 2.652 km<sup>2</sup> para licenciamento simplificados de fontes renováveis**

Mapa de áreas de potencial licenciamento simplificado, junho de 2023



Fonte: LNEG, DGT, DGEG, ICNF, APA e EU Digital Elevation Map

# Pressões Sobre o Território

## Adaptação às alterações climáticas

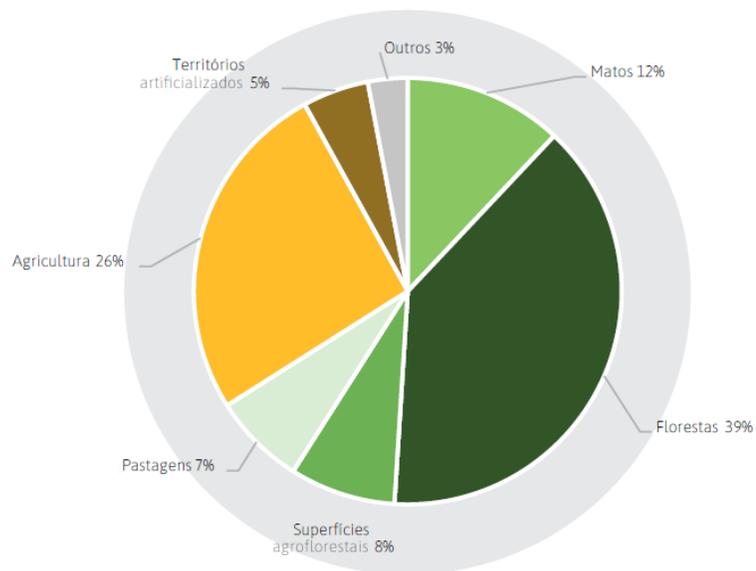
### Principais riscos climáticos por setor e exemplos soluções baseadas na natureza para os abordar

	Gestão da água	Floresta e silvicultura	Agricultura	Áreas urbanas	Áreas urbanas
<b>Riscos climáticos</b>	Escassez de água e deterioração da qualidade da água devido a <b>secas</b> Cheias e deslizamento de terras devido a <b>chuva forte</b>	Crescimento limitado das árvores, crescente mortalidade das árvores e risco de surtos de pragas devido a <b>secas</b> e <b>incêndios florestais</b> <b>Deslizamentos de terra</b> e <b>perda de solo</b> devido a eventos extremos de chuva	Perda de colheitas e gado devido a stress térmico, aumento do risco de surtos de pragas e doenças e escassez de água Danos no rendimento, transporte e perda de ativos devido a <b>inundações</b>	Stress térmico devido a <b>ondas de calor</b> Inundações urbanas causadas por <b>chuva forte</b>	Perda de território devido à <b>subida do nível do mar</b> e <b>erosão costeira</b> Perda de vidas devido a <b>tempestades</b> e <b>inundações</b>
<b>Opções de soluções baseadas na natureza</b>	Medidas de grande escala, ex. <b>recuperação de rios e planícies aluviais</b> Medidas de pequena escala, ex. <b>recolha urbana de água da chuva</b>	<b>Proteção de florestas intactas</b> <b>Recuperação de florestas degradadas</b> Gestão florestal sustentável, ex. <b>diversificação das árvores</b> , <b>abate seletivo de árvores</b>	<b>Melhor gestão do solo e da água</b> <b>Diversificação e rotação de tipos de culturas</b> <b>Agro silvicultura</b>	<b>Parques, florestas urbanas, árvores de rua</b> Edifícios verdes, ex. <b>telhados e paredes verdes</b> Soluções baseadas na Natureza para gestão de água, ex. <b>valas com vegetação</b> , <b>bacias de retenção</b>	<b>Reabilitação e recuperação de habitats costeiros</b> <b>Melhorias da morfologia perto da costa</b> Soluções híbridas

Fonte: Traduzido de Agência Europeia do Ambiente, "Nature based solutions in Europe: Policy, knowledge and practice for climate change adaptation and disaster risk reduction", 2021

# Pressões Sobre o Território Floresta

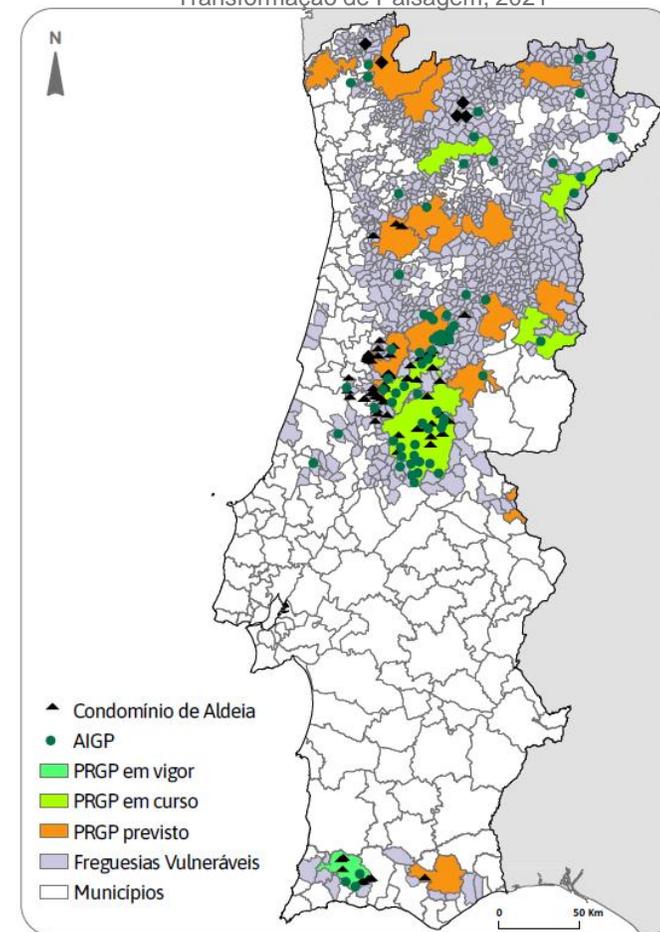
Uso e ocupação do solo em Portugal continental, 2018



Fonte: DGT (COS)

- ✓ **COS 2018:** cerca de **66% da área terrestre de Portugal continental era constituída por florestas, superfícies agroflorestais, matos e pastagens**
- ✓ **2020: carta de perigosidade de incêndio:**
  - ✓ identificadas as freguesias que apresentam maior suscetibilidade e perigosidade de incêndio rural
- ✓ **Programa de Transformação da Paisagem (PTP)** criado para, nestas áreas vulneráveis:
  - ✓ aumentar resiliência do território aos incêndios
  - ✓ valorizar o capital natural
- ✓ Tornar o **território capaz de prestar diversos serviços ambientais** e de **sustentar as atividades económicas**

Territórios Vulneráveis com Gestão Ativa, Programa de Transformação de Paisagem, 2021



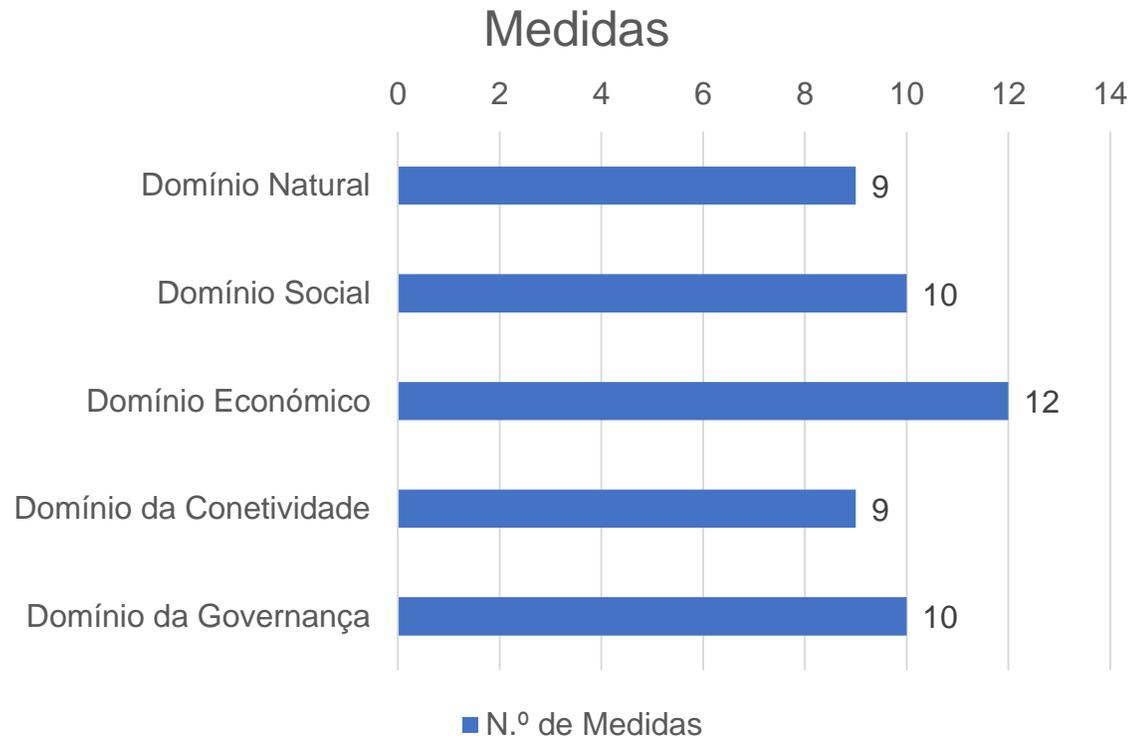
Fonte: DGT

# Monitorização da Agenda para o Território

Capítulo 5 – O que está a ser feito

# Investimentos efetuados com apoio dos principais instrumentos de financiamento

Levantamento dos investimentos efetuados com apoio dos principais instrumentos vigentes, entre 2014 e 2021 (exclui PRR) que contribuíram para a execução das Medidas de Política do PNPOP



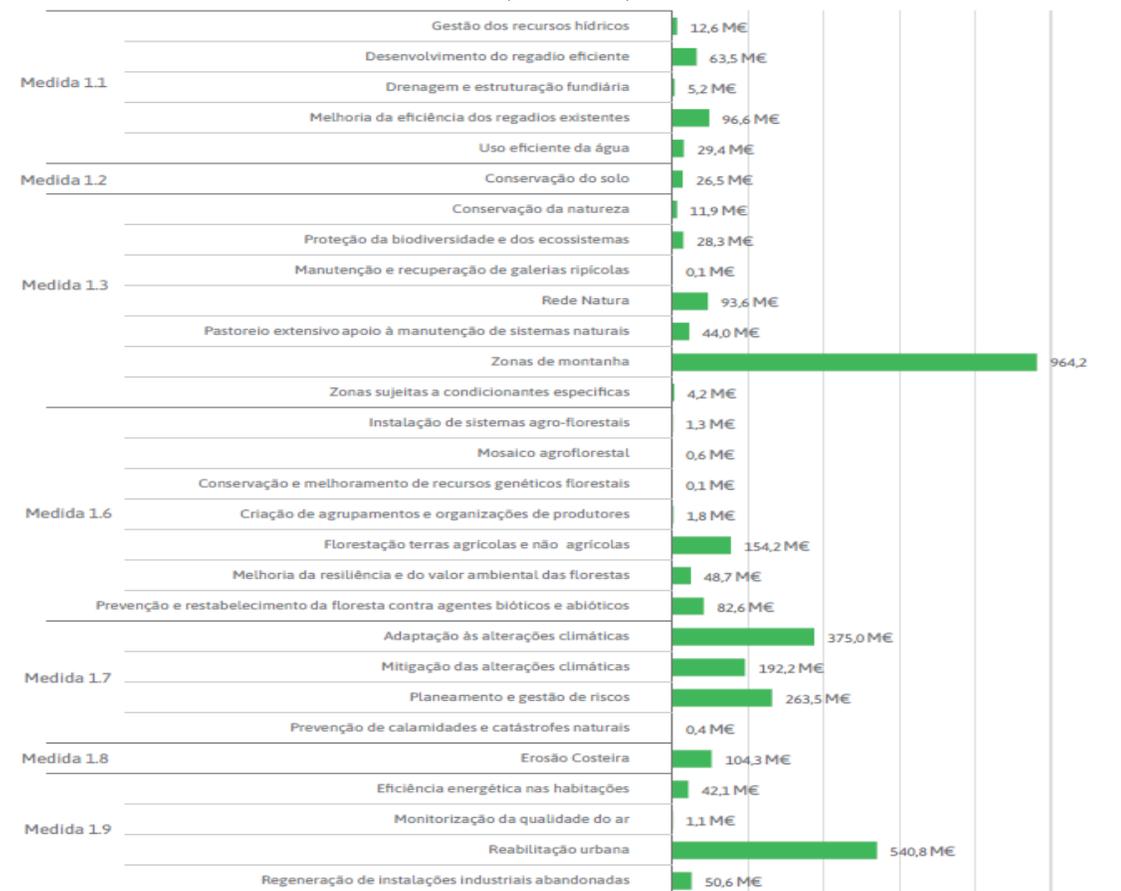
# Domínio Natural

- ✓ 9 Medidas de Política que concorrem para otimizar a adaptação do património natural, dinamizando a apropriação e a capitalização dos recursos naturais e da paisagem
- ✓ Estima-se que tenham sido investidos 3.144 M€ na sua implementação, com especial incidência para:
  - a afirmação e proteção da biodiversidade (Medida 1.3)
  - a prevenção dos riscos e adaptação do território à mudança climática (Medida 1.7)
  - a qualificação do ambiente urbano (Medida 1.9)
  - a gestão da água (Medida 1.1).

## Principais realizações apoiadas pelos instrumentos financiamento europeus e nacionais (2014-2021)

Indicador	Realização alcançada	Fonte
Desenvolvimento do regadio eficiente - área (ha) associada a investimentos em poupança de água (e.g. sistemas de irrigação mais eficientes...)	104.627	PDR
Superfície de habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação (ha)	136.256	PT2020
Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos (n.º)	234	PT2020
Extensão da rede de defesa da floresta contra incêndios instalada (km)	986	PT2020
Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens (km)	60	PT2020

Principais áreas de investimento no âmbito dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários (2014-2021)



Fonte: Instrumentos de financiamento nacionais e estrangeiros (EEA Grants, Fundo Ambiental, PT 2020, PDR 2020)

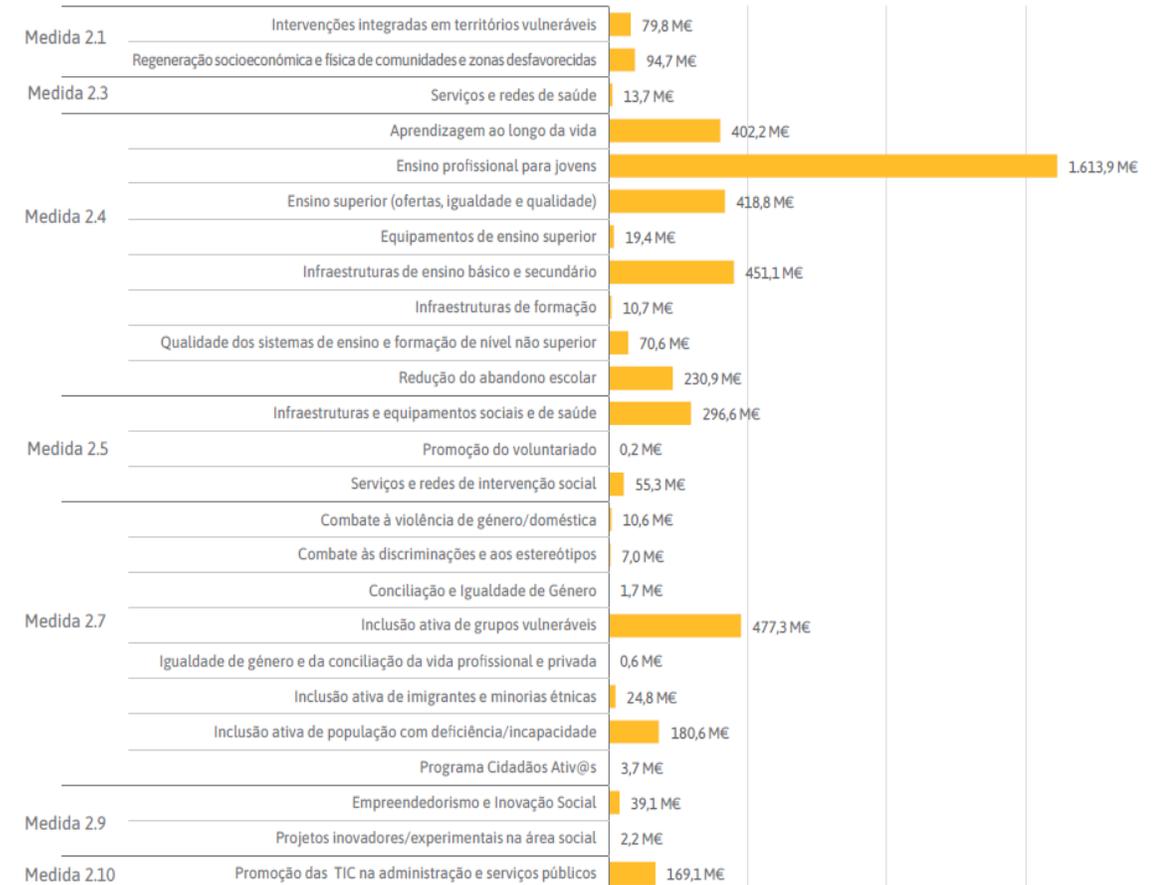
# Domínio Social

- ✓ 10 Medidas de Política que concorrem para a educação, a qualificação e a inclusão da população e o acesso aos serviços públicos e de interesse geral
- ✓ Estima-se que tenham sido investidos 3.060 M€ na sua implementação, com especial incidência para:
  - Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas (Medida 2.4)
  - Promover a inclusão social, estimular a igualdade de oportunidades e reforçar as redes de apoio de proximidade (Medida 2.7)

## Principais realizações apoiadas pelos instrumentos financiamento europeus e nacionais (2014-2021)

Indicador	Realização alcançada	Fonte
Projetos apoiados direcionados a populações / territórios vulneráveis (n.º)	611	PT2020
População abrangida por serviços de saúde melhorados (n.º)	6.621.170	PT2020
Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (n.º)	199.691	PT2020
Projetos apoiados de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais (n.º)	333	PT2020
Entidades apoiadas no âmbito da discriminação e promoção da igualdade de oportunidades (n.º)	90	PT2020

Principais áreas de investimento no âmbito dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários (2014-2021)



Fonte: Instrumentos de financiamento nacionais e estrangeiros (EEA Grants, Fundo Ambiental, PT 2020, PDR 2020)

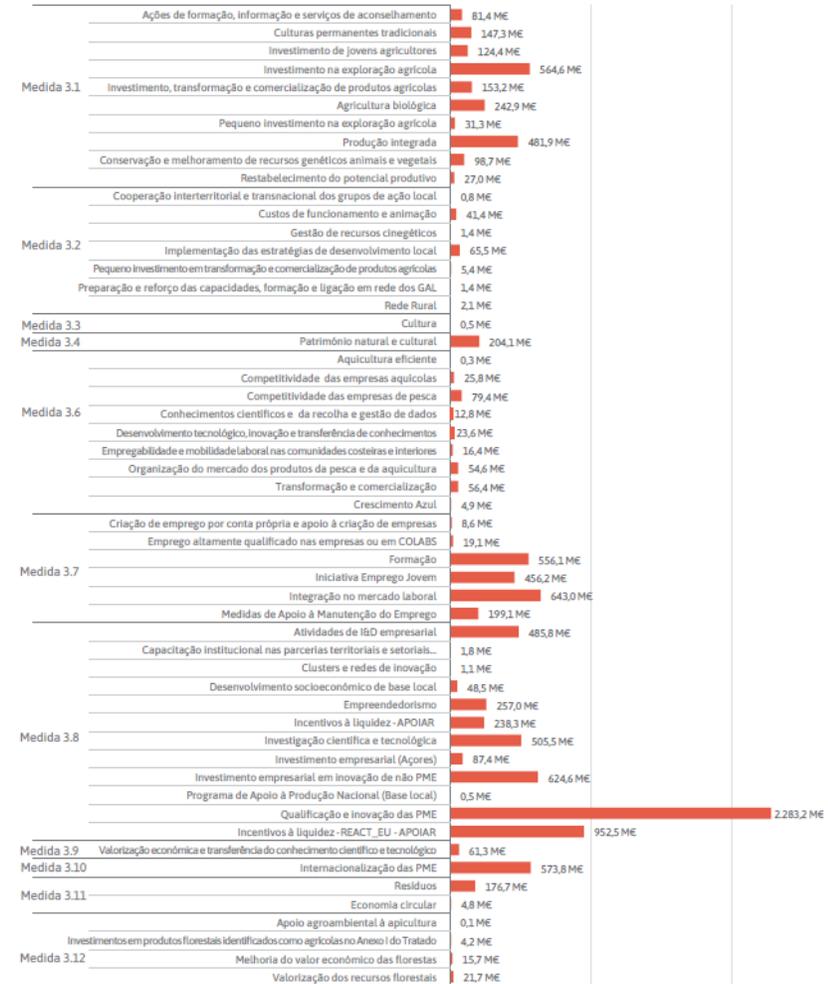
# Domínio Económico

- ✓ 12 Medidas de Política que concorrem para a inovação, a atratividade e a inserção de Portugal nos processos de globalização e aumento da circularidade da economia
- ✓ Estima-se que tenham sido investidos 10.778 M€ na sua implementação, com especial incidência para:
  - Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial (Medida 3.8)
  - Qualificar o emprego e contrariar a precariedade no mercado de trabalho (Medida 3.7)
  - Reforçar a competitividade da agricultura (Medida 3.1)

## Principais realizações apoiadas pelos instrumentos financiamento europeus e nacionais (2014-2021)

Indicador	Realização alcançada	Fonte
Explorações beneficiadas, na implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura (n.º)	20.496	PDR
Participantes NEET enquadrados em medidas de apoio ao emprego (n.º)	20.436	PT2020
Empresas em cooperação com instituições de investigação (n.º)	500	PT2020
Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas (n.º)	761	PT2020
Resíduos de construção e demolição evitados pelos sectores apoiados (%)	50	EEA GRANTS

Principais áreas de investimento no âmbito dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários (2014-2021)

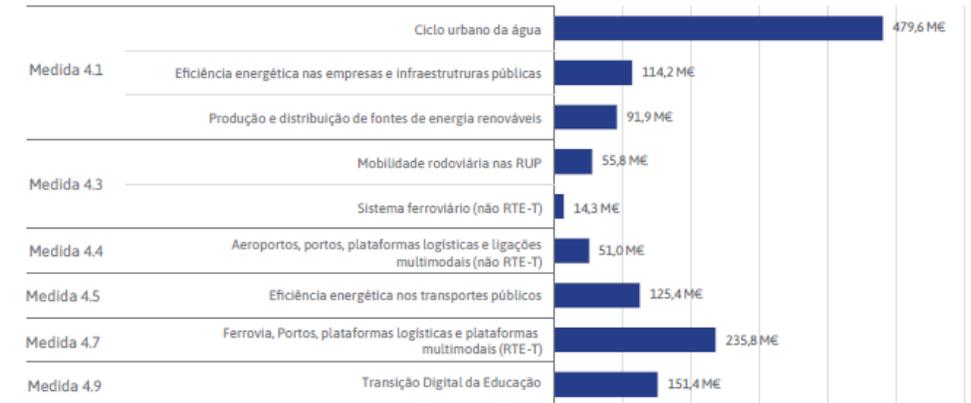


Fonte: Instrumentos de financiamento nacionais e estrangeiros (EEA Grants, Fundo Ambiental, PT 2020, PDR 2020)

# Domínio Conetividade

- ✓ 9 Medidas de Política que concorrem para qualificar as infraestruturas ambientais e energéticas, bem como reforçar as interligações, aproximando os indivíduos, as empresas e as instituições, através de redes e serviços digitais e de uma mobilidade que contribua para a descarbonização
- ✓ Estima-se que tenham sido investidos 1.319 M€ na sua implementação, com especial incidência para:
  - Otimizar as infraestruturas ambientais e de energia (Medida 4.1)
  - Alargar as infraestruturas físicas de conexão internacional (Medida 4.7)
  - Reforçar os serviços de banda larga e a implementação de redes da nova geração 5G (Medida 4.9)

Principais áreas de investimento no âmbito dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários (2014-2021)



Fonte: Instrumentos de financiamento nacionais e estrangeiros (EEA Grants, Fundo Ambiental, PT 2020, PDR 2020)

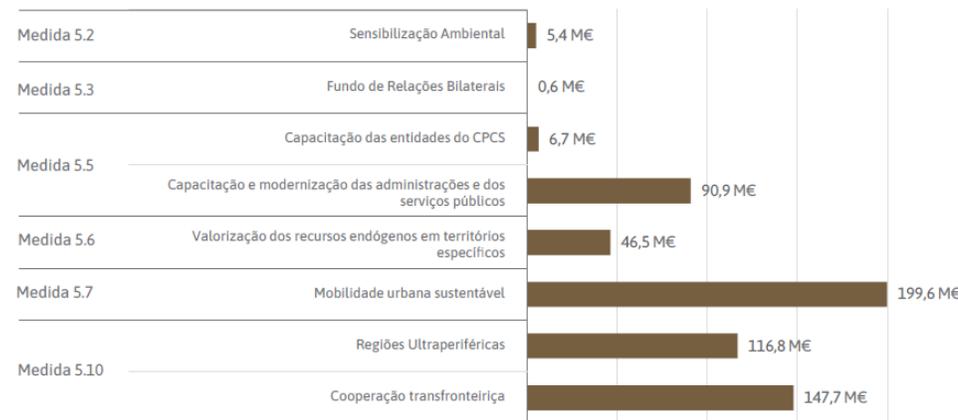
## Principais realizações apoiadas pelos instrumentos financiamento europeus e nacionais (2014-2021)

Indicador	Realização alcançada	Fonte
População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água (n.º)	543.541	PT2020
Capacidade adicional de reciclagem de resíduo (toneladas/ano)	434.336	PT2020
Rodovias regionais intervencionadas (km)	86	PT2020
Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica (n.º)	1.307	PT2020
Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (km)	254	PT2020

# Domínio Governança Territorial

- ✓ 10 Medidas de Política que concorrem para a cooperação e a cultura territorial, capacitando as instituições e promovendo a descentralização e a desconcentração e uma maior territorialização das políticas
- ✓ Estima-se que tenham sido investidos 467 M€ na sua implementação, com especial incidência para:
  - Fomentar a cooperação intraurbana para uma cidade sustentável e inteligente (Medida 5.7)
  - Aprofundar a cooperação transfronteiriça (Medida 5.10)
  - Experimentar e prototipar soluções inovadoras (Medida 5.5)

Principais áreas de investimento no âmbito dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários (2014-2021)



Fonte: Instrumentos de financiamento nacionais e estrangeiros (EEA Grants, Fundo Ambiental, PT 2020, PDR 2020)

## Principais realizações apoiadas pelos instrumentos financiamento europeus e nacionais (2014-2021)

Indicador	Realização alcançada	Fonte
Pessoas abrangidas por ações de formação sobre uma nova cultura territorial (sensibilização ambiental), dirigidas à comunidade escolar (n.º)	608.000	FA
Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização (n.º)	19.164	PT2020
Empresas apoiadas no âmbito da cooperação transfronteiriça (n.º)	1.033	PT2020
Projetos que envolvem cooperação com um parceiro de projeto doador do EEA Grants (n.º)	26	EEA GRANTS
Nível de desmaterialização de processos de frontoffice (interação com os promotores) e backoffice (integração da plataforma documental no sistema de informação) (%)	91	PT2020

## Relatório do Estado do Ordenamento do Território Avaliação da execução do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

 [Download do Relatório](#)

O Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) é o instrumento de avaliação da execução do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), a apresentar pelo Governo à Assembleia da República, de dois em dois anos. O REOT Nacional é produzido pela DGT, no âmbito do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo, com a colaboração das entidades do Fórum Intersectorial, com o acompanhamento da Comissão Nacional do Território e com os contributos da Consulta Pública.

O REOT 2022 é o resultado do primeiro exercício de avaliação do PNPOT 2019, configura-se como um relatório base que estabelece o sistema integrado de indicadores de monitorização e avaliação da execução do PNPOT e apresenta a situação de referência do território para o primeiro biénio da vigência do Programa Nacional - 2020/2021.

Em consonância com as diretrizes do PNPOT, o REOT 2022 confirma, adapta e desenvolve a lista inicial de indicadores associados às medidas de política da Agenda para o Território e constitui o suporte da avaliação a realizar e da articulação a estabelecer com os sistemas de indicadores regionais e municipais do ordenamento do território e com os sistemas de indicadores de reporte das políticas setoriais relevantes para o território.

Os indicadores selecionados monitorizam e avaliam as dinâmicas territoriais inerentes aos cinco sistemas territoriais fundamentais do Modelo Territorial - o Sistema Natural, o Sistema Social, o Sistema Económico, o Sistema Urbano e o Sistema de Conetividades - e ainda as Vulnerabilidades Críticas.



<https://reot.dgterritorio.gov.pt/>

# Fichas por Sistema

Exemplos do REOT

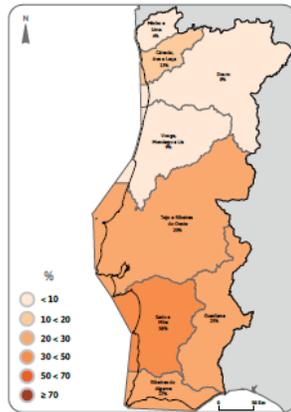
# Exemplos das Fichas por Sistema

## ÁGUA

A água é um dos recursos mais estratégicos para a presença das atividades humanas no território e simultaneamente um fator limitante ao uso do solo, pela sua disponibilidade e qualidade. Assim, é fundamental salvaguardar as áreas de recarga de aquíferos e promover soluções sustentáveis de captação, retenção, utilização e reutilização, tendo em conta o seu uso eficiente.

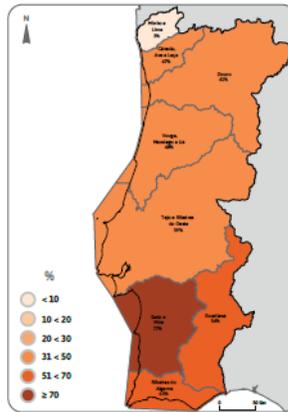
### EVOLUÇÃO

Índice de escassez, por região hidrográfica, 2016



Fonte: APA (PGRH)

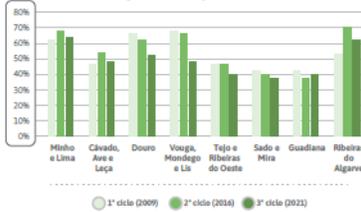
Índice de escassez, por região hidrográfica, 2021



Fonte: APA (PGRH)

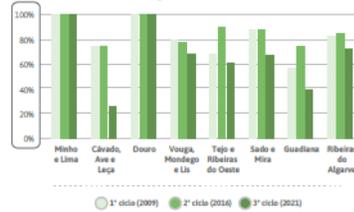
O índice de escassez permite avaliar o stress hídrico a que se encontra sujeito um território. Entre 2016 e 2021, o índice de escassez estimado para Portugal continental aumentou de 14% para 29%, passando de escassez reduzida a moderada. Em 2021, apenas a Região Hidrográfica do Minho e Lima permanecia sem escassez, estando o restante território com valores do índice que iam de escassez elevada a escassez extrema. As regiões do Tejo (39%), Douro (41%), Cávado, Ave e Leça (47%), Vouga, Mondego e Lis (48%) encontravam-se em escassez elevada, enquanto o Guadiana (54%) e Ribeiros do Algarve (65%) apresentavam escassez severa. O Sado e Mira (77%) apresentava escassez extrema. Este último valor, o mais elevado de todos, mostra que na Região Hidrográfica do Sado e Mira estava a ser consumida 77% da água disponível.

Evolução de massas de água superficiais com classificação "Bom e Superior", 2009-2021



Fonte: APA (PGRH)

Evolução de massas de água subterrâneas com classificação "Bom", 2009-2021



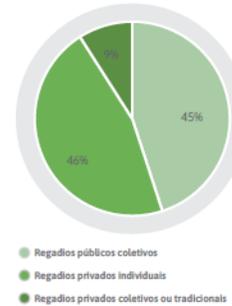
Fonte: APA (PGRH)

Em Portugal continental, ao longo dos três ciclos de planeamento que dão origem aos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH), a percentagem de massas de água superficiais com classificação "Bom e Superior" foi de 52% em 2009, 53% em 2016 e desceu para 45% em 2021. Entre 2016 e 2021, apenas a Região Hidrográfica do Guadiana melhorou de 38% para 40%, tendo a do Douro, com redução de 62% para 52%, e do Vouga, Mondego e Lis, com redução de 67% para 48%, apresentado as reduções mais significativas.

A evolução da percentagem de massas de água subterrâneas com classificação de "Bom", em Portugal continental, foi de 75% em 2009, 84% em 2016 e desceu para 65% em 2021. As regiões hidrográficas do Minho e do Lima e do Douro mantiveram, em 2021, 100% das suas águas subterrâneas com classificação do estado global "Bom". As descidas mais acentuadas foram das regiões hidrográficas do Cávado, Ave e Leça (de 75% para 25%), do Tejo e Ribeiros do Oeste (de 90% para 60%) e do Guadiana (de 75% para 38%).

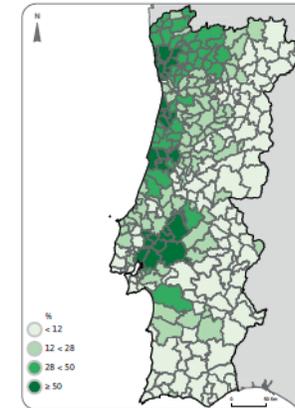
Com base nos valores mais recentes apresentados no 3.º ciclo do PGRH (dados de 2018), 71% da água é utilizada na atividade agrícola e pecuária, em Portugal continental, sendo 13% usados pelo setor urbano, 9% pela produção de energia termoelétrica, 5% pelo setor industrial e 1% pelo turismo.

Regadios, Portugal continental, 2019



Fonte: DGADR (Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas)

Área de agricultura anual do município com agricultura de primavera-verão, 2021



Fonte: DGT

No setor agrícola, as áreas de aproveitamento hidroagrícola são aquelas nas quais as águas do domínio público são usadas de forma partilhada para rega, drenagem, enxugo e defesa dos terrenos para fins agrícolas. Em 2016, em Portugal continental, a área de regadio privado era de 55% e o regadio público coletivo 45%, correspondendo a aproveitamentos hidroagrícolas com infraestruturas hidráulicas construídas pelo Estado. A área de agricultura anual no município com culturas de primavera-verão e com outras culturas permanentes, evidencia no ano de 2021 uma significativa percentagem da área regada.

### DESAFIOS

Num contexto de aceleração das alterações climáticas e seus impactos e de aumento do índice de escassez na maior parte do território nacional para a gestão sustentável da água é prioritário:

- Gerir a captação, a retenção, a utilização e a reutilização da água, assegurando o seu uso sustentável e a salvaguarda dos ecossistemas, à luz das Questões Significativas da Gestão da Água (QSIGA) a cada ciclo de planeamento de 6 anos;
- Salvaguardar e renaturalizar as áreas de recarga de aquíferos e linhas de água, para assegurar a disponibilidade e qualidade da água, através da implementação dos regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, das diretivas estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial e garantindo em todas as massas de água caudais ecológicos e/ou ambientais;
- Adequar as culturas agrícolas às disponibilidades reais de água, selecionando as mais adaptadas e reconvertendo ou modernizando os sistemas de rega existentes no quadro da estratégia do regadio e promovendo a utilização de água de origens alternativas.

# Exemplos das Fichas por Sistema

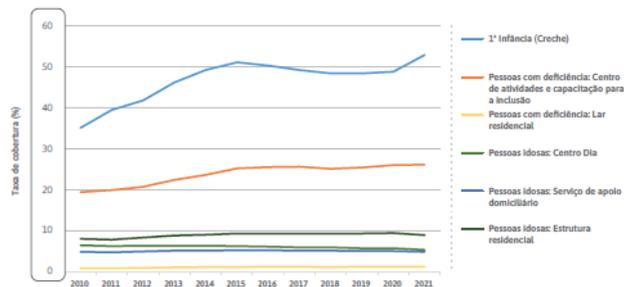
## SERVIÇOS, COESÃO E EQUIDADE

A acessibilidade a serviços públicos e de interesse geral é um fator de coesão, inclusão, integração e melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações. É fundamental garantir a capacidade generalizada de acesso a estes serviços. A oferta deve contribuir para garantir a equidade de oportunidades e iguais direitos aos cidadãos.

### EVOLUÇÃO

Num contexto em que as disparidades regionais e realidades socioeconómicas heterogêneas colocam pressão na definição de novas formas de provisão de serviços, importa avaliar e monitorizar a provisão dos serviços e equipamentos, quanto à sua taxa de cobertura e à sua acessibilidade, numa perspetiva de coesão e equidade.

Evolução das taxas de cobertura das respostas sociais à primeira infância, pessoas com deficiência e idosos, 2010-2021



Fonte: GEP, Carta Social

Entre 2010 e 2021, com exceção das taxas de cobertura das creches e dos centros de atividades e capacitação para a inclusão, as taxas médias de cobertura das respostas sociais no continente, registaram poucas variações.

No caso da **1.ª infância** (0 aos 3 anos), a capacidade das creches aumentou em mais 22.340 lugares, passando de 95.920 para 118.260 lugares nos últimos 11 anos. Entre 2010 e 2015, registou-se um crescimento da taxa de cobertura média destas respostas sociais para a 1.ª infância (creche e ama), com um aumento de 16 pontos percentuais, passando de 35,1% para 51,1%, em 5 anos. Se, de 2015 a 2020, se registou uma diminuição na taxa de cobertura, em 2021, esta atingiu os 52,9%, verificando-se um aumento de 4,1 p.p. face ao ano anterior, tendo sido ultrapassados os valores de 2015.

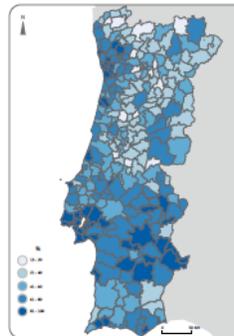
Relativamente às respostas destinadas às pessoas com deficiência, a taxa de cobertura média de centro de atividades e capacitação para a inclusão (CACI), era de 26,1%, em 2021, e a de lar residencial, de 1,2%, no universo de pessoas com deficiência. Para o mesmo ano, a taxa de utilização destas respostas era de 92,1% e 94,8%, respetivamente. A análise das taxas de utilização destas respostas sociais ao nível do município, sugere um esgotamento da oferta destes serviços em alguns territórios.

A taxa de cobertura das respostas sociais para as **pessoas idosas** manteve-se praticamente inalterada nos últimos 11 anos. Em 2021, a taxa de cobertura média da resposta de serviço de apoio domiciliário (SAD) era de 4,8%; de centros de dia (CD) era de 5,3% e de estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI) era de 8,9%. No mesmo ano, a taxa de utilização média destas respostas era de 67,8%, 50,1% e 90,4%, respetivamente. A análise por município aponta para a existência de desequilíbrios territoriais na distribuição das respostas sociais para pessoas idosas em Portugal Continental.

Face às dinâmicas demográficas, sociais e de ocupação do território, as respostas sociais devem ir além destas estruturas de apoio social e colocar o foco na definição de novas formas de serviços e de organização social. No caso da população idosa, importa **melhorar as respostas aos desafios do envelhecimento saudável**, articulando ações na habitação, na mobilidade, nos serviços de saúde e de apoio social, e nos serviços de proximidade.

A **acessibilidade física aos serviços de interesse geral** é uma condição de coesão e equidade territorial. Em 2021, o território continental apresentava um nível significativo de acesso aos serviços nos domínios da educação e saúde.

Proporção de residentes a menos de 15 minutos a pé de escola com ensino básico (1.ª, 2.ª e/ou 3.ª ciclo) mais próxima, por município, 2021



Fonte: DGT (I-Território)

No mesmo ano, **76% da população de Portugal continental encontrava-se a menos de 15 minutos a pé de uma escola do Ensino Básico** (1.ª, 2.ª e/ou 3.ª ciclos). Em termos regionais, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresentava a maior proporção de população a menos de 15 minutos a pé destes serviços (93%), contrastando com a região Centro (58%).

**Relativamente aos cuidados de saúde primários - Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) ou Unidades de Saúde Familiar (USF) e respetivos polos, 46% da população do continente estava a menos de 15 minutos a pé deste serviço**, sendo a AML e o Alentejo as regiões que apresentavam as proporções mais elevadas de população abrangidas pelo tempo de deslocação referido (62% e 55%, respetivamente). Contrariamente, as regiões Norte e Centro apresentavam as proporções mais baixas (39% e 34%, respetivamente), enquanto o Algarve tinha um valor idêntico ao do território continental. **83% da população de Portugal continental estava a menos de 5 minutos de deslocação em automóvel da UCSP ou USF mais próxima**, sendo que esta proporção era de 98%, se considerados 10 minutos, e quase 100% para 15 minutos de deslocação em automóvel.

**No que diz respeito à acessibilidade por automóvel aos serviços de urgência, 71% da população reside a menos de 15 minutos destes serviços**. A AML apresentava o valor mais alto (89%), contrastando com o Alentejo, onde apenas 39% da população residia dentro deste intervalo de tempo de deslocação.

### DESAFIOS

As disparidades regionais e realidades sociodemográficas heterogêneas colocam o foco na definição de novas formas de provisão de serviços, mais eficazes e ajustadas às necessidades específicas dos territórios e dos diferentes grupos sociais. Nesse sentido afigura-se prioritário:

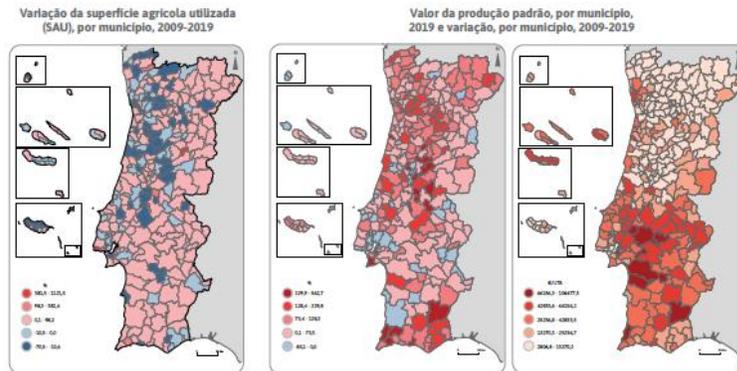
- Promover diferentes soluções de mobilidade e de acessibilidade, física e digital, aos serviços, de modo a garantir um acesso territorial mais equitativo e reforçar os níveis de bem-estar da população;
- Assegurar a provisão de serviços e equipamentos sociais à população mais vulnerável, em particular às pessoas com deficiência e idosos, requalificando e ampliando as respostas tradicionais e incentivando respostas integradas e inovadoras que privilegiem a autonomia, independência e a intergeracionalidade;
- Dar continuidade ao programa "Radar Social" para pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade social;
- Prosseguir o incremento da capacidade de resposta em creches, em particular, nos territórios com níveis de cobertura mais baixos e em territórios alvo de políticas integradas de atração e rejuvenescimento populacional, assim como o aumento da abrangência da medida de gratuidade;
- Promover a qualificação tecnológica nos estabelecimentos de ensino, conducente à transformação digital das aprendizagens;
- Corrigir as assimetrias regionais e locais, melhorando a qualidade da oferta e prosseguindo a modernização dos equipamentos e das infraestruturas escolares, dos centros de formação profissional e de cuidados de saúde primários.

# Exemplos das Fichas por Sistema

## ATIVOS DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

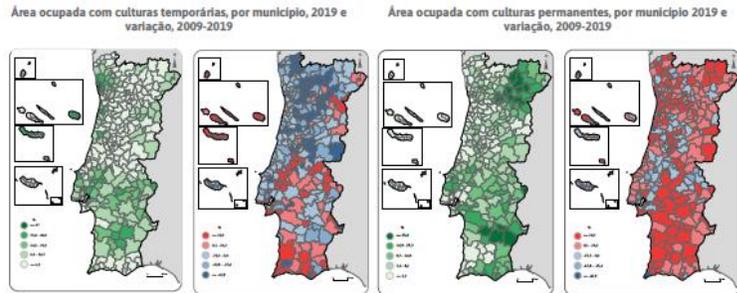
Os ativos territoriais, particularmente nos territórios de baixa densidade, estão sob pressão, atendendo às transições climáticas, demográficas e tecnológicas. A perda demográfica generalizada em todo o território, mas mais vinculada nos territórios de baixa densidade, associada às mudanças na ocupação da superfície agrícola utilizada, às alterações do perfil de povoamento florestal, e ao aumento da vulnerabilidade dos espaços rurais aos incêndios, exige novas abordagens em matéria de ordenamento e desenvolvimento económico. Cuidar dos ativos territoriais, enquanto recursos endógenos diferenciadores, potencia a geração de novas dinâmicas económicas e contribui para a concretização de aspirações locais.

### EVOLUÇÃO



Fonte: DGT (CAOP) e INE (Recenseamento Agrícola)

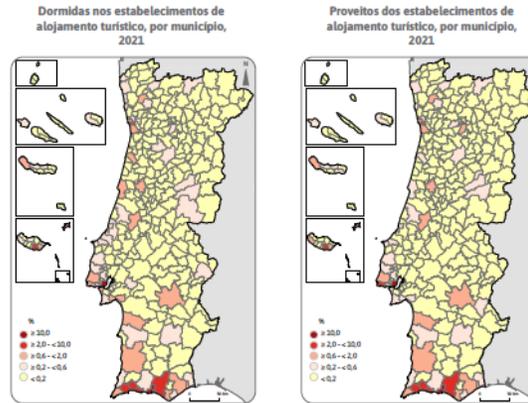
Entre 2009 e 2019, a SAU aumentou 8,1% em Portugal, apesar de um número significativo de municípios ter tido redução desta superfície. Simultaneamente, o valor de produção padrão aumentou 70%, refletidos em todo o território nacional.



Nota: percentagens calculadas relativamente ao total de área do município.  
Fonte: DGT (CAOP) e INE (Recenseamento Agrícola)

No mesmo período e no que diz respeito ao uso do solo verificaram-se alterações significativas. A área ocupada com culturas permanentes aumentou cerca de 25% no país, de 690.000 para 860.000 ha, enquanto as culturas temporárias regrediram 6,3%, de 948.000 para 888.000 ha. A expansão das culturas permanentes reflete-se nas paisagens, nas formas de exploração agrícola e nos mercados de destino.

A ocupação do olival aumentou 12%, de 336.000 para 377.000 ha, dirigindo-se sobretudo para a produção de azeite. Os frutos de casca rija quase que duplicaram a sua ocupação, de 115.000 para 228.000 ha, com o reforço da área das amendoieiras, castanheiros, nogueiras, alfarrobeiras e outros frutos secos, seguindo os interesses e a dinâmica dos mercados. Os frutos frescos e subtropicais aumentaram em 31%, de 60.000 para 79.000 ha, com mais área de macieiras, cerejeiras, laranjeiras, kiwis e abacateiros. A vinha retraiu em 2,6% a sua ocupação, mas a área de produção de "Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada" (VQPRD) aumentou 4,3%.



Fonte: DGT (CAOP) e INE

Fonte: DGT (CAOP) e INE

O turismo, em matéria de desenvolvimento económico, surge como uma oportunidade para alguns territórios. No entanto, em termos territoriais é uma atividade fortemente concentrada, sobretudo no Algarve, na Região Autónoma da Madeira, na Área Metropolitana de Lisboa e no Município do Porto. Apesar do forte impacto da pandemia COVID-19, em matéria do número de dormidas e de proveitos, a recuperação foi rápida e alguns territórios, rurais ou periferias urbanas, conseguiram inclusive alcançar um significativo dinamismo.

### DESAFIOS

O PNPOT considera crucial, para potenciar economicamente o diversificado mosaico de ativos territoriais, no quadro das transições climática, demográfica e tecnológica:

- **Reforçar as relações urbano-rurais e encurtar as cadeias alimentares** que viabilizem a agricultura familiar e de proximidade (periurbana), continuando a investir em processos inteligentes articulados com a agroindústria e com maior capacidade exportadora;
- **Promover a gestão florestal e a competitividade da silvicultura** recorrendo a modelos empresariais, associativos e cooperativos que possibilitem ganhar escala, reforcem o valor acrescentado à matéria-prima, as ligações à restante cadeia de valor e compensem os proprietários pelas externalidades positivas que potenciam;
- **Conferir um papel económico e multifuncional mais ativo e valorizador dos territórios de baixa densidade**, relevando o seu património natural e histórico-cultural numa oferta turística diferenciadora, em continuidade dos investimentos no contexto do PT2020 e do Plano Turismo +Sustentável 20-23 - Programa REVIVE e do programa REVIVE - Natureza com critérios sociais (criação de postos de trabalho) e ambientais (energias renováveis);
- **Promover a territorialização da distribuição das sedes das empresas**, aderindo à realidade da capacidade exportadora dos territórios;
- **Gerir o setor extrativo de modo competitivo**, em linha com o planeamento das necessidades de abastecimento de matérias-primas e de forma articulada com o Plano Nacional de Energia e Clima e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica;
- **Potenciar a criação de uma Rede Nacional de Áreas de Comércio e Serviços Locais (RNACSL)**, capaz de valorizar as especificidades, os produtos e as competitividades de cada território, dinamizando circuitos de proximidade e fomentando a valorização das infraestruturas de distribuição local, entre os espaços urbanos nucleares das regiões.

# Exemplos das Fichas por Sistema

## INFRAESTRUTURAS AMBIENTAIS

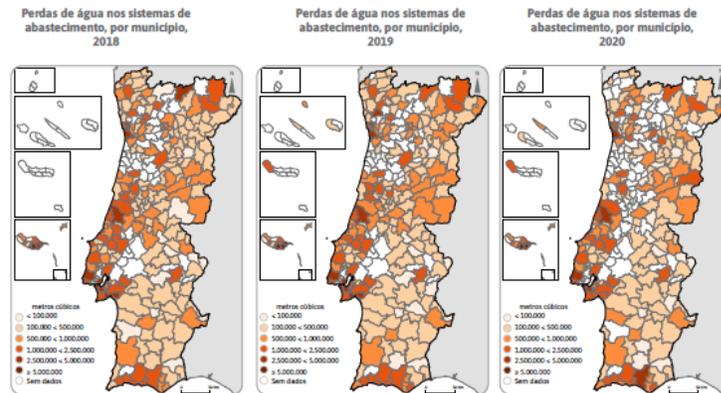
O abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e a gestão de resíduos urbanos constituem **serviços públicos de carácter estrutural**, essenciais para o bem-estar geral, a saúde pública, a segurança coletiva das populações, as atividades económicas e a proteção do ambiente.

### EVOLUÇÃO

A presença das atividades humanas no território depende fortemente do recurso água. A previsível maior vulnerabilidade que Portugal terá em 2030 relativamente à disponibilidade de água, com a prevista redução da precipitação em todo o país, com relevantes perdas e aumento de temperatura, determina a necessidade de conferir maior eficiência ao sistema de infraestruturas ambientais.

No território continental, entre 2018 e 2020, o nível de atendimento de abastecimento domiciliário de água manteve-se inalterado, com um valor médio de 96% na proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água. Ao nível municipal, verificava-se em 2020, que 63,3% dos municípios (175), apresentaram uma cobertura de 95% de alojamentos servidos, sendo que em 84 municípios se registou um atendimento de 100%.

Apesar do assinalável grau de cobertura em termos de abastecimento, colocam-se ainda **desafios que se prendem com a redução das perdas nas redes** e com o tratamento e a reutilização da água antes da sua devolução ao meio natural.



Fonte: DGT (CAOP) e INE

Em termos de evolução das perdas de água nos sistemas de abastecimento - informação relativa à atividade das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento em Baixa, a variação da existência de informação por município e variação anual não permite obter uma tendência de evolução, quer a nível global, quer a nível municipal. De acordo com a informação disponível pode-se, contudo, referir que na maior parte dos municípios existiu uma oscilação ao nível dos volumes de perdas de água, não sendo evidente uma tendência de evolução positiva.

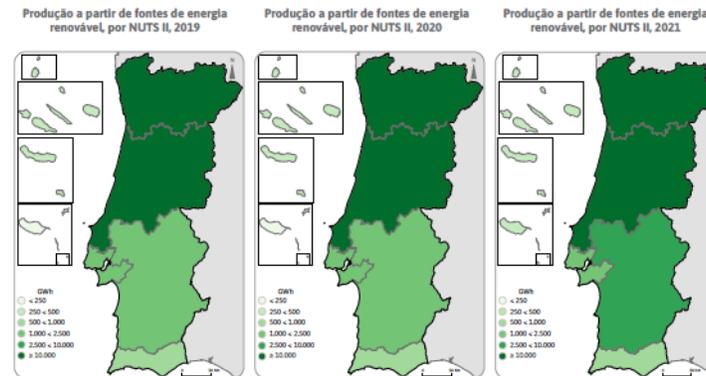
No que se refere às águas residuais, a proporção de alojamentos servidos por serviços de águas residuais tem vindo a registar uma evolução positiva. Em 2020, no território continental a média de proporção de alojamentos cobertos por serviços de drenagem de águas residuais foi de 85%. Em termos globais houve um decréscimo de 1% relativamente ao ano de 2019.

No contexto das redes de recolha de resíduos urbanos, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em 2021 os dados nacionais apontavam para uma recolha de 5,3 milhões de toneladas de resíduos, tendo sido recolhidos seletivamente 1,19 milhões de toneladas. A proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente evidencia uma evolução positiva.

As Fontes de Energia Renovável (FER), constituem fontes limpas e sustentáveis, alternativas às fontes de energia produzida com recurso a combustíveis fósseis, contribuindo para a redução e a emissão de gases de efeito estufa e os impactos das alterações climáticas.

Entre 2019 e 2021, Portugal registou um aumento da contribuição das energias renováveis para o consumo final de eletricidade (de 60,2% para 69,9%), registando-se um contributo reduzido, mas crescente, das energias térmica e fotovoltaica.

De acordo com a Direção-Geral de Energia e Geologia, em 2021, no território nacional, a produção de energia elétrica a partir de FER foi de 32.826 GWh, correspondendo a 63% do total da produção bruta mais saldo importador de eletricidade. Cerca de 81% desta produção, foi obtida pelas tecnologias hídrica e eólica.



Fonte: DGT (CAOP) e DGE

Entre 2019 e 2021 as regiões Norte e Centro foram aquelas onde se registou uma maior produção de energia a partir de FER, com uma evolução positiva de 13% e 11%, respetivamente. Nas restantes regiões a produção de energia a partir de FER registou globalmente também uma evolução positiva. É de salientar o aumento progressivo do contributo da tecnologia fotovoltaica para a produção de energia, sobretudo a sul do país.

### DESAFIOS

Apesar do assinalável grau de cobertura ao nível das infraestruturas ambientais, colocam-se ainda desafios que se prendem com a redução das perdas nas redes e com a reutilização da água antes da sua devolução ao meio natural. Em conjunto com a otimização das redes de infraestruturas e abastecimento, de saneamento e para fins agrícolas, o investimento nestas áreas é fundamental para a gestão eficiente e na resposta à escassez hídrica. Nesse âmbito será importante:

- Melhorar a eficiência e eficácia dos sistemas de abastecimento de água, com vista a uma redução efetiva das perdas de água nas redes de distribuição;
- Reforçar o potencial de produção de energias renováveis, designadamente pelo aumento do aproveitamento do potencial hidroelétrico, pelo potencial eólico ainda por explorar e, em complementaridade, a produção descentralizada de energia solar fotovoltaica;
- Aumentar a resiliência dos sistemas e infraestruturas às alterações climáticas e aos efeitos dos eventos extremos.

# Exemplos das Fichas por Sistema

## HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

A promoção do acesso a habitação condigna e adequada aos rendimentos e à dimensão dos diferentes agregados familiares e a reabilitação urbana contribuem para a salvaguarda e garantia da equidade e coesão territorial, estabilização do grau de artificialização do solo, qualificação das cidades e do seu espaço público garantindo o acesso inclusivo a espaços de qualidade, bem como a valorização da paisagem urbana e periurbana.

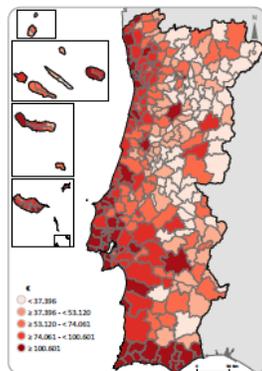
### EVOLUÇÃO

A análise da densidade de alojamentos por município, em 2021, permite constatar as disparidades na distribuição espacial da oferta de habitação no território nacional, com uma maior concentração nas regiões do litoral, em particular nas áreas metropolitanas e no Algarve.

Entre 2011 e 2021, o crescimento do parque habitacional no território nacional foi significativamente inferior ao verificado em décadas anteriores, quer no que respeita ao número de edifícios (0,8%), quer de alojamentos (1,7%), contrastando com as taxas de crescimento observadas entre 1970 e 2011 - superiores a 10% para os edifícios e entre 16% e 25% para os alojamentos. Esta diminuição da dinâmica de construção nova reflete-se também na proporção de edifícios construídos na última década face ao total do parque habitacional: 3% em 2021 face a 14% em 2011.

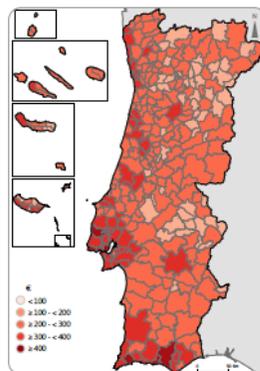
Em 2021, Portugal dispunha de um parque habitacional com quase seis milhões alojamentos clássicos (5.970.677), dos quais 69% ocupados como residência habitual, 19% como residência de uso sazonal ou secundária e 12% vagos. O Algarve era a única região que apresentava uma proporção de alojamentos de residência habitual inferior ao total de alojamentos (39%). Entre as restantes regiões, o peso das residências habituais face ao total de alojamentos variou entre 62% no Alentejo e 80% na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Valor médio dos contratos de compra e venda dos prédios urbanos transacionados, por município, 2019



Fonte: DGT (CAOP) e INE

Valor médio mensal das rendas dos fogos arrendados, por município, 2021



Em 2021, 70% dos alojamentos clássicos de residência habitual, eram ocupados pelo proprietário, o que representa um decréscimo do peso da habitação própria face a 2011 (73%). No mesmo ano, a maioria dos proprietários de alojamentos de residência habitual (62%) não tinha encargos financeiros relacionados com a aquisição da habitação. Nos 38,4% de alojamentos com encargos de compra, o valor médio mensal dos encargos foi de 361€, um valor que decresceu comparativamente aos 395€, em 2011.

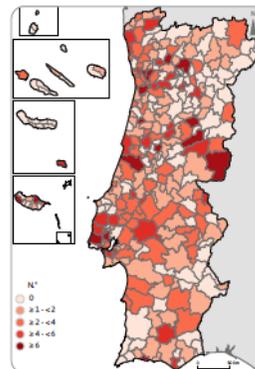
A proporção de fogos ocupados em regime de arrendamento aumentou de 20% para 22% entre 2011 e 2021. As regiões com maior peso de alojamentos em regime de arrendamento foram a AML (29%) e o Algarve (23%). Este aumento da procura de habitação em regime de arrendamento foi acompanhado de um aumento de 42% do valor médio mensal das rendas no mesmo período, situando-se o valor médio mensal de renda em 334€ em 2021, quando em 2011 foi de 235€. A AML apresentou o valor médio mensal de rendas de casa mais elevado (403€), sendo também a região com maior percentagem de alojamentos com rendas superiores a 1.000€.

Quanto à adequação dos alojamentos face à dimensão dos agregados familiares, em 2021, apenas 24% dos alojamentos em Portugal foi considerado como tendo uma lotação normal, 13% estavam sobrelotados e a maioria apresentava divisões excedentes face ao agregado familiar (64%). As regiões autónomas da Madeira (23%) e Açores (17%) apresentaram a maior proporção de alojamentos sobrelotados, seguidas do Algarve e AML, com 17% e 15%, respetivamente.

A maioria dos edifícios (64%) estava em bom estado de conservação, uma vez que não necessitava de reparações. A região com o parque habitacional em melhor estado de conservação era o Algarve, com 71% dos edifícios sem necessidade de reparações, contrastando com a Região Autónoma da Madeira em que quase metade dos edifícios (43%) necessitava de alguma intervenção.

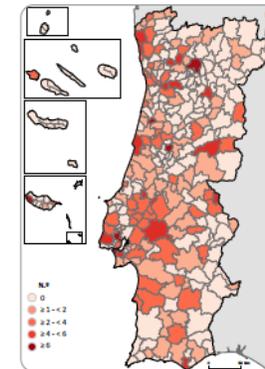
As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e as Operações de Reabilitação Urbana (ORU), são instrumentos privilegiados para a reabilitação e requalificação das áreas mais degradadas das cidades, qualificação do parque habitacional e garantia de acesso a habitação condigna. A maioria dos municípios têm recorrido a estes mecanismos, ainda que o reduzido número de ORU reflita ainda alguma lentidão dos seus processos de aprovação e implementação.

Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), por município, 2019



Fonte: DGT

Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) com Operações de Reabilitação Urbana (ORU) aprovadas, por município, 2019



A evolução dos indicadores apresentados, relativamente à disponibilidade de habitação e às dinâmicas dos mercados de arrendamento e de compra e venda de prédios urbanos, releva uma diferenciação da disponibilidade e custo da habitação no território nacional. Esta distinção é marcada pela dicotomia litoral/interior e, em algumas das variáveis, reflete o dinamismo atingido pelos centros urbanos regionais, embora, em muitos casos, essa individualização dos municípios perante a sua envolvente decorra de fatores específicos - o turismo e atividades associadas, a recuperação do património e o dinamismo e iniciativa das autarquias e de outros atores locais.

### DESAFIOS

A promoção do acesso a habitação condigna, da reabilitação urbana, da qualificação do espaço público, num quadro de equidade e coesão territorial preconizado no PNPOT, requer:

- Apoiar os processos de reabilitação urbana e do edificado em detrimento da construção nova;
- Alargar os beneficiários da política de habitação e reduzir a sobrecarga das despesas das famílias com habitação no regime de arrendamento.

# Exemplos das Fichas por Sistema

## INCÊNDIOS RURAIS

A redução da área ardida e da exposição ao risco de pessoas e bens passa pela alteração dos usos e ocupações do solo, em particular na envolvente das áreas edificadas. A redução do risco de incêndios rurais carece da articulação entre os instrumentos de planeamento e gestão florestal, de gestão integrada de fogos rurais e os instrumentos de Gestão Territorial.

### EVOLUÇÃO

Em 2021, registaram-se 8.186 incêndios rurais, que resultaram numa área ardida na ordem dos 28.360 ha. A perda de floresta tem impactos negativos no capital natural dos territórios, na economia e no seu desempenho como sumidouro de carbono.

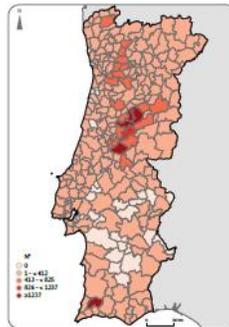
Nas últimas duas décadas o número de incêndios tem apresentado uma tendência decrescente, mas não é possível identificar uma tendência clara relativamente à área ardida.



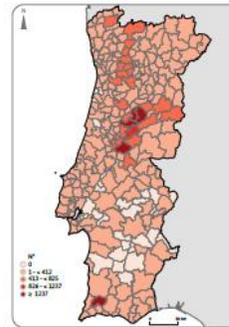
Sem prejuízo da redução do número de incêndios e da área ardida que se tem verificado, é reconhecido que em territórios de uso predominantemente florestal, a dispersão do edificado habitacional com a implantação de elementos isolados e extensas interfaces urbano-florestais, são fatores de alerta pela sua permanente exposição ao perigo de incêndio.

Na década 2011-2021, assistiu-se a um aumento (+4%) do número total de edifícios clássicos situados em áreas de perigosidade de incêndio alta ou muito alta que, em 2021, ainda era de 42.383 edifícios. Os municípios que evidenciaram maior aumento do número de edifícios em avaliação (>50) foram Oliveira do Hospital, Fafe, Guarda e Monchique. Atendendo à representatividade dos edifícios em apreciação no total de edifícios clássicos do município, verifica-se que, quer em 2011, quer em 2021, esta era mais elevada (>15%) nos municípios de Pampilhosa da Serra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Oleiros e Monchique.

Edifícios clássicos em áreas de perigosidade de incêndio alta ou muito alta, por município, 2011



Edifícios clássicos em áreas de perigosidade de incêndio alta ou muito alta, por município, 2021

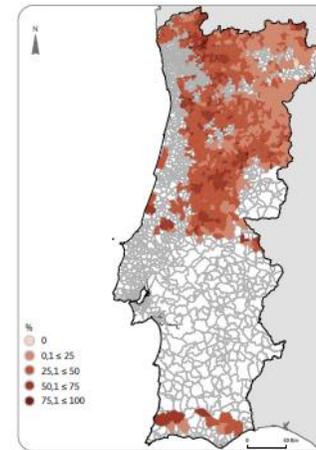


Analisando a evolução em áreas residenciais dispersas ou isoladas localizadas, em áreas de perigosidade de incêndio alta ou muito alta, verifica-se que entre 2011 e 2021, houve uma redução de edifícios na ordem dos 8%. Em 2021, não obstante a diminuição generalizada de edifícios nestas áreas em 70% dos municípios, ainda subsistiam mais de 500 edifícios nestas situações repartidos por cerca de uma dezena de municípios. No caso de Monchique, os edifícios na situação descrita representavam 35% dos edifícios clássicos existentes.

Com base na Carta de Interface de Áreas Edificadas Estrutural, produzida para auxiliar à identificação do edificado que está potencialmente mais exposto a incêndios rurais, verificava-se que, em 2018, o perímetro das áreas edificadas do continente apresentava, uma extensão total de 136.116,2 km<sup>2</sup>, dos quais 65% correspondiam a interface estrutural indireta, 32% correspondiam a interface estrutural direta e 3% a interface estrutural nula.

Focando a análise nos Territórios Vulneráveis de Floresta, verificava-se que a proporção do perímetro edificado em contacto direto com coberto combustível era superior a 50% em 186 das freguesias e em 15 freguesias era mesmo superior a 75%.

Proporção do perímetro edificado em contacto direto com coberto combustível, associado a áreas edificadas em territórios vulneráveis, por freguesia, 2018



### DESAFIOS

Em cumprimento do Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, e no quadro de implementação do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) importa:

- Aplicar as diretrizes de planeamento e gestão dos instrumentos previstos no PTP e no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais para garantir a articulação entre instrumentos de planeamento territorial e de política setorial, regimes de controlo da atividade económica e instrumentos de financiamento, instrumentos de planeamento e gestão florestal e de gestão integrada de fogos rurais;
- Reduzir a exposição ao risco através da reconversão de áreas de matos e floresta em redor dos aglomerados populacionais localizados em áreas de perigosidade alta e muito alta dinamizando a operacionalização da medida programática dos Condomínios de Aldeia;
- Disponibilizar a cartografia de áreas edificadas e da Interface Urbano-Rural, de suporte a melhoria de tomada de decisão no âmbito dos instrumentos de planeamento territorial e do sistema de gestão integrada de fogos rurais;
- Promover as transformações da paisagem que acautelam a redução da vulnerabilidade dos territórios ao risco de incêndio, através da instalação de estruturas ou áreas de descontinuidades de usos, estratégicas para a contenção de fogos rurais.